

Vinte governadores criticam Bolsonaro e cobram 'equilíbrio, sensatez e diálogo'

TV Senado



SBPC: Extinção do fundo de C&T "é catastrófica para o Brasil"

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira, condenou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 187/2019, de Bolsonaro, que propõe a extinção de 240 fundos públicos, entre eles o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que financia a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico no país. "A extinção do fundo será catastrófica para o país", afirmou o presidente da SBPC. Segundo destacou, "esse ano o FNDCT tem da ordem de 5 bilhões de reais e apenas 600 milhões serão disponibilizados para a Finep, que é a secretaria executiva do FNDCT". **Página 2**

Preço da gasolina disparou porque Bolsonaro insiste em dolarizá-lo

O preço da gasolina disparou porque está atrelado ao dólar, por decisão do governo federal.

Como o Brasil tem petróleo e pode ter quantas refinarias quiser, não tem necessidade de estabelecer de modo inflexível essa paridade, particularmente num momento em que a cotação do dólar bate recorde toda a semana.

A decisão de atrelar foi de Dilma, em novembro de 2013. Temer a manteve e Bolsonaro idem.

Mas Bolsonaro pegou o governo com o dólar a R\$ 3,72. Hoje ele subiu para R\$ 4,33 - aumentou 16% em um ano.

Página 3



ANO XXX - Nº 3.745 19 e 20 de Fevereiro de 2020



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Não tem contribuído para "evolução da democracia no Brasil", diz documento

Para os executivos estaduais, está faltando equilíbrio ao presidente da República e os seus rompantes "não estão contribuindo para a evolução da democracia no Brasil". Os governadores, dos mais diversos partidos políticos, se uniram no manifes-

to para denunciar o ataque do presidente. Eles criticaram as insinuações contra o governo da Bahia na morte de Adriano da Nóbrega e disseram que Bolsonaro afronta os estados e o Pacto Federativo ao defender a redução de "impostos vitais para a sobrevivência dos Estados". **Página 3**

Prévia do PIB de 2019 feita pelo BC derruba fantasia da "recuperação"

Cesar Ogata



O carnaval de rua se consolidou nas principais cidades do país. Na foto, bloco no tradicional bairro do Bixiga

Carnaval começa com toda força nas ruas das cidades

Neste fim de semana, centenas de blocos saíram às ruas do país dando início ao Carnaval de Rua 2020. Em São Paulo, mais de um milhão de

pessoas participaram do pré-carnaval em blocos espalhados por toda a cidade. Do tradicional bairro do Bixiga, onde o "Bloco Umes Caras Pintadas"

celebrou o seu 26º desfile, com a marchinha "A Granja do seu Jair", até o Bloco do Alceu e da Elba que reuniu mais de 300 mil pessoas no Ibirapuera. No

Rio, a crise da água foi tema da crítica dos foliões. O aposentado Claudio Lagame, de 62 anos, desfilou de "carvão ativado" no "Cordão do Boitatá". **Página 4**

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central, considerado uma "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB), registrou que a economia brasileira cresceu abaixo de 1% em 2019, mais precisamente 0,89%, um resultado abaixo do ano de 2018, quando a economia teve um resultado de 1,3%. O indicador do Banco Central foi divulgado na sexta-feira (14). O resultado oficial do PIB de 2019 será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 4 de março. **Página 2**

Bolsonaro fala em "queima de arquivo", mas a atribui à PM

Jair Bolsonaro disse que "quem matou o capitão Adriano foi a polícia Militar da Bahia". Ele foi até mais longe do que o filho, Flávio, no cinismo. Admitiu que foi "queima de arquivo". Mas que arquivo poderia ter sido queimado? As relações do miliciano e chefe do Escriatório do Crime com Bolsonaro, que o homenageou através do filho, são extensas e intensas. **Pág. 3**

BC já começa a derrubar previsão do PIB de 2020

Começou cedo. A previsão de crescimento da economia do país em 2020 foi revisada para baixo no boletim Focus, de 2,30% para 2,23%. **Pág. 2**



Bolsonaro e ministro da Economia Sinhozinho Guedes acha um absurdo "doméstica" viajar

Paulo Guedes, ministro da Economia de Bolsonaro, deixou claro o que pensa sobre o povo brasileiro. "Onde já se viu empregadas domésticas viajarem", disse ele, em relação às pessoas pobres que foram à Disney na época do dólar baixo.

Ele já tinha chamado os servidores públicos, ou seja, professores, médicos, enfermeiros, policiais, entre tantos, de "parasitas que não trabalham e vivem querendo aumento". A chacota de Guedes contra as domésticas é uma atitude que só revela o quanto este governo é impregnado de arrogância, de preconceito e de racismo.

Mas, esse destilar de ódio contra o povo visa também outra coisa. Tentar enganar a todos insinuando que a disparada do dólar e dos preços é boa para o Brasil. Nada mais longe da verdade do que isso.

Ao contrário do que Guedes diz, o que está ocorrendo é um descontrole total da situação econômica. Com o dólar em alta e o país desindustrializado, a única consequência dessa elevação da moeda americana será o encarecimento dos importados e a explosão dos preços internos, como aliás, já está ocorrendo com a gasolina e o diesel.

A desindustrialização, fruto da submissão dos últimos governos, e particularmente deste, ao importacionismo e à usura do rentismo, segue acelerada. A produção industrial está em queda. Nossa pauta de exportação está primarizada. O patrimônio segue sendo torrado. O desemprego mantém-se nas alturas.

Disparada do dólar num quadro desses é um desastre total para a economia. Além da contenção do consumo, provocada pelo desemprego, haverá também a perda de poder de compra pela inflação e a disparada dos preços.

O atual descontrole do dólar sinaliza para uma revoada geral dos especuladores, que já pressentem a debacle, e iniciam sua retirada de seus dólares do país – antes que o barco afunde. Guedes quer fingir que a disparada descontrolada do preço do dólar, consequência dessa debandada, e a rápida subida dos preços, devido à criminosa dolarização da economia, não é ruim para o Brasil.

Comemorar a alta do dólar neste quadro em que o país se encontra é coisa de criminosos. Sem uma política de desenvolvimento e de fortalecimento da indústria nacional, a queda do real só vai encarecer as importações e aumentar a inflação. E, como se não bastasse a explosão de preços internos, também já está no horizonte o rombo nas contas externas. São crescentes as dificuldades para cobrir as transações correntes do país com o exterior. Em 2019 já houve a queima de 10% das reservas para fechar as contas.

Nem a valorização artificial e nem o descontrole que Guedes está provocando no câmbio interessam ao Brasil. A primeira situação levou o país, de uma fase de euforia inicial, ao desmantelamento das indústrias brasileiras. Isto ocorreu porque os produtos importados, a preços subsidiados pelo câmbio, inundaram o país, quebraram as empresas brasileiras e desempregaram milhões de trabalhadores. Agora, a elevação do dólar com a indústria destruída levará à piora da situação. O desrespeito com as empregadas domésticas só revela que Guedes e Bolsonaro não têm compromisso nenhum com o Brasil, acima de tudo, odeiam o povo brasileiro.

Presidente da SBPC, Ildeu de Castro, rechaça PEC de Guedes:

"Fim do fundo de C&T será catastrófico para o Brasil"



Cientistas defendem liberação dos recursos que estão bloqueados



"Dos 5 bilhões do FNDCT para este ano, apenas 600 milhões serão disponibilizados para a Finep", alertou o cientista em audiência no Senado Federal

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira, condenou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 187/2019, de autoria do governo Bolsonaro, que propõe a extinção de 240 fundos públicos, entre eles o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que financia a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico no país.

A audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado para debater a PEC, que está sob a relatoria do senador Otto Alencar (PSD-BA), reuniu especialistas de vários setores.

Ildeu de Castro, em nome da SBPC – entidade que reúne 145 sociedades afiliadas de todas as áreas do conhecimento – e representando na audiência a Academia Brasileira de Ciências; o CONFIES (Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica); o CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica); a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), afirmou: "somos contrários à extinção do FNDCT".

"Constituímos um agrupamento de entidades da área científica, tecnológica e acadêmica que estamos aqui com uma posição muito clara: nós não queremos que o FNDCT seja extinto por esta PEC. A extinção do fundo será catastrófica para o país", afirmou o presidente da SBPC.

A PEC elaborada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, prevê a extinção de 240 fundos públicos. Um montante de R\$ 200 bilhões estão nestes fundos, usados em outras finalidades ou bloqueados, e Paulo Guedes quer meter a mão nesses recursos e transferir a bancos para o pagamento da dívida pública.

FINEP

Segundo destacou Ildeu de Castro, "esse ano, o FNDCT tem da ordem de 5 bilhões de reais e apenas 600 milhões serão disponibilizados para a Finep, que é a secretaria executiva do FNDCT, para poder utilizar nos seus programas variados. Isso significa que a gente está tendo uma perda muito grande de recursos e a extinção do fundo compromete ainda muito mais todo esse esforço de décadas e o papel que esse fundos tiveram tanto nas infraestruturas das universidades, nas instituições de pesquisas, quanto nas empresas, através de seus vários mecanismos".

O dirigente da SBPC ressaltou que "nos últimos 15 anos, cerca de 25 bilhões de reais foram desviados para outras finalidades que não pesquisa e desenvolvimento para os quais esses fundos foram legalmente instituídos".

Conforme gráfico ao lado, o cientista aponta "a queda brutal e drástica" nos recursos do FNDCT e das agências federais de fomento à pesquisa – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e CAPES.

"O FNCT é o principal fundo para o fomento do CNPq, quando a gente olha o recurso do FNDCT caindo significa que o CNPq também está profundamente atingido", enfatizou Ildeu, citando o edital universal para os jovens pesquisadores brasileiros. "O recurso vem fundamentalmente do FNDCT e está parado porque esse recurso não vem".

Ildeu lembrou a criação do Fundo em 1969, no regime militar. "Houve um crescimento significativo na infraestrutura das universidades, grandes laboratórios, o Coppe na UFRJ, laboratórios das universidades federais da Bahia e Pernambuco, de quase todos os estados brasileiros, e também teve papel importante no estímulo à inovação nas empresas brasileiras".

"No final da década de 90, foram criados os fundos setoriais, essenciais para o funcionamento do FNDCT, porque eles carregam fundamentalmente a maior parte dos recursos do FNDCT atualmente. São 16 fundos, dos quais 14 mais específicos, que buscam recurso no setor privado para ser usado em pesquisa e desenvolvimento. Infelizmente, nos últimos anos esses recursos têm sido desviados para outras finalidades e têm sido colocados fundamentalmente, como neste ano, em reserva de contingência, o que tem prejudicado enormemente o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no país", destacou.

O presidente da SBPC defendeu que o Brasil precisa de "políticas públicas adequadas e de longo prazo". Ele citou que as publicações científicas brasileiras passaram a ocupar o 11º lugar no ranking mundial, mas a participação do Brasil no índice global de inovação é muito baixo.

"Temos um potencial muito grande de jovens brasileiros que, se a gente descontinuar os recursos para ciência, tecnologia e inovação, eles vão embora do país", alertou Ildeu. "Nós vamos estar formando jovens para a China, Europa, Estados Unidos, como já vem acontecendo, com recursos públicos brasileiros", disse sobre a importância de FNDCT como "instrumento fundamental na formação científica, na geração de empregos qualificados e para inovação nas empresas".

O presidente da SBPC citou alguns exemplos de projetos que tiveram apoio do Fundo, como a **Embrapa** – seus primeiros quadros de pesquisadores foram formados com recursos do fundo na década de 70 e continua até hoje; o **Projeto Sirius** – o maior projeto da América Latina de pesquisa em materiais sintéticos e biológicos com benefícios para todas as áreas do conhecimento; o **Reator Multipropósito Brasileiro**; o **Supercomputador Santos Dumont** em Petrópolis; o **Navio de Pesquisa Hidroceanográfico da Marinha**; e o **Navio Polar Almirante Maximiano**.

Ainda citou na área do petróleo, o **CT-Petro**, fundamental para descoberta do petróleo no pré-sal e o **LabOceano**, o maior tanque oceânico do mundo. Inúmeros exemplos nas áreas da saúde, como o **Laboratório para sequenciamento de DNA**; o Desenvolvimento da **vacina inativada contra a Febre Amarela** e a planta-piloto destinada à produção de **vacina contra o vírus H5N1 ("Gripe Aviária")**.

E mais: os inúmeros **convênios estabelecidos com o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica)** nos últimos 15 anos; o apoio da Finep à **Embraer** que resultou no Tucano, no Legacy Jet 500, entre tantos projetos na área da Defesa, como o **desenvolvimento do combustível nuclear**.

"Prévia" do PIB de 2019 derruba fantasia da recuperação: 0,89%

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central, considerado uma "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB), registrou que a economia brasileira cresceu abaixo de 1% em 2019, mais precisamente 0,89%, um resultado abaixo do ano de 2018, quando a economia teve um resultado de 1,3%. O indicador do Banco Central foi divulgado nesta sexta-feira (14).

O resultado oficial do PIB de 2019 será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 4 de março. As estimativas para o PIB do ano passado estão em torno de 1,12%, segundo o boletim Focus do Banco Central, e de 1,2%, conforme anunciou o ministro parasita Paulo Guedes em Davos na Suíça aos "investidores" estrangeiros. Todas as estimativas

estão abaixo dos resultados de 2017 (1,3%) e de 2018 (1,3%), obtidos após a maior recessão da história do país em 2014-2016. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país. O IBC-Br incorpora as estimativas para a agropecuária, a indústria, o setor de serviços e impostos. Ainda que os cálculos sejam diferentes, a realidade é uma só.

O primeiro ano do governo Bolsonaro foi um desastre para a economia. A produção industrial caiu -1,1% em relação ao 2018. Em dezembro, a indústria recuou -0,7% e operou 18% abaixo do seu ponto mais alto (maio de 2011).

As vendas do comércio varejista decepcionaram os arautos da "recuperação" que chegaram a anunciar um resultado de 9,5% nas vendas natalinas. No último trimestre,

Trabalho precário bate recorde em 20 estados no primeiro ano de Bolsonaro

No ano passado, a taxa média anual de informalidade no Brasil alcançou, 41,1% da população ocupada (mais de 38 milhões de brasileiros), o maior nível desde 2016. Segundo os dados regionais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada hoje (14) pelo IBGE, o trabalho informal bateu recorde em 19 estados da federação e no Distrito Federal.

"A taxa média nacional de informalidade foi superada em 18 estados, variando de 41,2% em Goiás, até 62,4% no Pará. Em 11 desses 18 estados, a taxa de informalidade ultrapassou 50% e apenas Distrito Federal (29,6%) e Santa Catarina (27,3%) tiveram taxas de informalidade abaixo de 30%", diz a nota do IBGE. De acordo com a analista da pesquisa do IBGE, Adriana Beringuy, a taxa de informalidade é superior ao crescimento da

população ocupada. "No Brasil, do acréscimo de 1,819 milhão de pessoas ocupadas, um milhão é de pessoas na condição de trabalhador informal".

"Em praticamente todo o país, quem tem sustentado o crescimento da ocupação é a informalidade", explica Adriana. Veja a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/trabalho-precario-bate-recorde-em-20-estados-no-primeiro-ano-de-bolsonaro/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: horadopovo@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.
www.horadopovo.com.br

Foto Alan Santos/PR

Foto: Reprodução TV Senado



No destaque, cartaz da campanha Estelionato eleitoral: Bolsonaro prometeu gasolina a R\$ 2,50

O cartaz que ilustra esta matéria é da campanha de Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República em 2018. Nele estão estampadas promessas eleitorais de campanha. Em seu governo a gasolina teria um preço máximo de R\$ 2,50 e o gás de cozinha não passaria de R\$ 35,00 o botijão. Agora, em fevereiro de 2020, os dois, gasolina e gás de cozinha, estão custando praticamente o dobro do que Bolsonaro prometeu.

Nesta época, julho de 2018, a gasolina estava com um preço médio nas bombas de R\$ 4,48, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis (ANP). A promessa de Bolsonaro era, então, reduzi-lo para um preço que não passaria de R\$ 2,50. Já o botijão de gás custava em média, naquela altura, R\$ 65,07, segundo a mesma ANP. Agora, lá para entender porque a alta no preço da gasolina, que está atrelada ao dólar, por decisão de seu governo, fez Bolsonaro tentar tirar o corpo fora e fazer um jogo de cena para jogar a culpa nos governadores.

A culpa pela disparada dos preços do gás e da gasolina é sua. Foi ele que manteve o preço atrelado ao dólar.

Quando ele assumiu, o dólar estava a R\$ 3,72. Hoje ele subiu para R\$ 4,33 – aumentou 16% em um ano. Nos últimos dias, o dólar acelerou sua subida. Ele quer seguir com sua política de atrelar o preço da gasolina ao dólar para agradar as multinacionais. Por isso mente, dizendo que a causa dos aumentos é o ICMS dos governadores.

Sua promessa de campanha está desmoralizada e vai se desmoronar ainda mais. “Gasolina no máximo a R\$ 2,50!”. Hoje ela está a R\$ 4,48 na média, segundo a ANP. Em alguns lugares, como Rio de Janeiro, o preço do litro chega a R\$ 4,99, e, em Angra dos Reis, no litoral, por exemplo, o litro da gasolina é vendido a R\$ 5,26. Tremendo estelionato eleitoral, muito parecido com o que Dilma Rousseff fez com seus eleitores.

No gás de cozinha é a mesma picaretagem. Bolsonaro prometeu na campanha que, se fosse eleito, o preço do botijão não passaria de R\$ 35,00. Ele está custando (fevereiro de 2020) R\$ 69,24 em média, segundo levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em alguns lugares, como na Paraíba, por exemplo, o preço do botijão chega a R\$ 78,00. Ou seja, ele cometeu um estelionato eleitoral. A ira popular contra este estelionato eleitoral de Bolsonaro, certamente, será tão grande quanto o que ocorreu anteriormente.

Movimento pede a Maia que devolva o PL da mineração nas terras indígenas

Indígenas, parlamentares, representantes de movimentos sociais e renomados sertanistas pediram ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que devolva o Projeto de Lei 191/20, do governo, que autoriza a mineração e outras atividades em terras demarcadas.

O texto regulamenta a exploração de recursos minerais, como ouro e minério de ferro, e de hidrocarbonetos, como petróleo e gás natural, hidrídricos e orgânicos em reservas indígenas. De acordo com a Constituição Federal, essas atividades só podem ser realizadas em solo indígena com prévia autorização do Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, e mediante consulta às comunidades afetadas, as quais é assegurada a participação nos resultados.

Para o grupo, entre os quais Sydney Possuelo e Antenor Vaz, duas das maiores autoridades sobre povos isolados e de recente contato na Amazônia, o projeto pode gerar etnocídio contra povos isolados. A mobilização do grupo na Câmara aconteceu na noite da quarta-feira (12).

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara, protestou contra o projeto anti-indígena e o desmantelamento promovido pelo governo Bolsonaro na proteção às comunidades indígenas, principalmente na Funai.

“A Funai foi tomada de assalto por pessoas que atendem aos interesses ruralistas”, disse Jandira. A deputada Joênia Wapichana (Rede-RR) alertou sobre o perigo que representa para as comunidades indígenas tal projeto. “Hoje a situação dos povos indígenas está bastante vulnerável diante da violação dos seus direitos”, disse.

Segundo a deputada, o texto do projeto é inconstitucional. E questionou a capacidade do governo de fiscalizar e monitorar as atividades das grandes mineradoras, caso a autorização para mineração nas terras indígenas se concretize. Ela citou os recentes desastres relacionados à Vale.

“O Brasil sequer solucionou problemas relacionados aos grandes desastres que nós vimos, como Mariana, Brumadinho, e não teve nenhuma resposta para a sociedade sobre esses desastres, precisamos sanar as feridas”, alertou. Indigenista, ex-presidente (1991 a 1993) da Fundação Nacional do Índio (Funai) e premiado internacionalmente pelo seu trabalho, Sydney Possuelo condenou as ações do governo Bolsonaro, afirmando que ele está desmantelando as proteções do Estado construídas ao longo de décadas desde o Marechal Rondon. Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Vinte governadores condenam em carta insultos de Bolsonaro



Jair Bolsonaro e Augusto Heleno durante entrevista no Planalto Bolsonaro acusa PM da Bahia pela “queima de arquivo” de Adriano

Aumentam as suspeitas de que a morte de Adriano Nóbrega foi um “cala boca” de quem sabia muito

Jair Bolsonaro disse, no sábado (15), que “quem matou o capitão Adriano foi a polícia Militar da Bahia”. Ele foi até mais longe do que o filho, Flávio, no cinismo. Admitiu que foi queima de arquivo, mas culpou a Bahia pelo crime. Disse que, pelas características dos ferimentos, “transfixando o tórax, trata-se de queima de arquivo”. Assim que Adriano morreu, Flávio usou as redes sociais para alertar que estavam querendo cremar o corpo do ex-PM para impedir as investigações.

Bolsonaro disse também que foi dele a ideia de homenagear Adriano da Nóbrega, morto no último fim de semana na Bahia. Com isso deixa claro que era ele quem pilotava o gabinete do seu “zero um”, Flávio, que era o deputado estadual, e foi o autor oficial da homenagem.

Bolsonaro defendeu que o criminoso homenageado era um herói.

OAB, ABI e parlamentares repudiam prisão arbitrária de repórteres da Veja

Dois jornalistas da revista Veja foram detidos pela polícia da Bahia na sexta-feira (14), enquanto apuravam a morte do miliciano Adriano da Nóbrega.

O repórter Hugo Marques e o fotógrafo Cristiano Mariz foram abordados pela Polícia Militar enquanto tentavam localizar o fazendeiro Leandro Abreu Guimarães, apontado como uma possível retaguarda de Adriano naquela região e uma testemunha importante do caso.

Mesmo depois de se identificarem, os dois foram detidos e levados ao distrito policial de Pojuca. A polícia apreendeu ali um gravador que continha entrevistas feitas durante a reportagem. Após os depoimentos, os repórteres foram liberados.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, reagiu com veemência ao episódio. “Inadmissível, arbitrária e abusiva a detenção

Bolsonaro segue dando aval para humilhação de brasileiros nos EUA

Enquanto Jair Bolsonaro bajula Donald Trump com um cachorrinho poodle, liberando visto de americanos para entrarem à vontade no Brasil, os brasileiros são tratados como gado nos EUA.

Chegou na sexta-feira (14) em Confins, região metropolitana de Belo Horizonte, o quarto voo trazendo os brasileiros que, desiludidos com a situação de seu país, ainda mantêm ilusões de que nos EUA teriam melhor sorte. Entre os passageiros havia 40 crianças. Na última sexta-feira (7), outros 130 brasileiros que foram

com milícias”, disse ele várias vezes, subindo o tom de voz para tentar convencer os presentes. Todo o país sabe de suas ligações com as milícias. Flávio aproveitou a entrevista do pai para também jurar de pés juntos que não tem nada a ver com milícias.

Bolsonaro mentiu também dizendo que depois da homenagem a Adriano, não teve mais contato com o miliciano e que não sabia que ele tinha escolhido outro caminho na vida. Sabia sim. Seu filho empregou Danielle Nóbrega, então mulher do pistoleiro, no gabinete dois anos depois, em 2007. Ela ficou no gabinete de Flávio até 2018.

E, pior, o deputado, filho do presidente, empregou a mãe de Adriano, Raimunda Veras, em 2016, já depois de várias prisões do ex-capitão e de sua expulsão, em 2014, da PM do Rio de Janeiro.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

de jornalistas da revista Veja pela Polícia Militar da Bahia”, disse o presidente da ordem. “Deve receber repúdio de todos que defendem a liberdade de imprensa e de expressão”, acrescentou. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER) considerou a ação “arbitrária e injustificável”.

“A abordagem inicial aos dois jornalistas, quando duas viaturas da PM cercaram Marques e Mariz, a detenção dos profissionais por cerca de 20 minutos e, ainda, a apreensão temporária de um gravador com várias entrevistas são atitudes injustificáveis”, diz a entidade, concluindo que não estão querendo que se esclareça as circunstâncias da morte do miliciano na operação batizada com o nome de “Operação BR 101”, que envolveu cerca de 70 policiais da Bahia e do Rio de Janeiro.

A regional da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Bahiana de Imprensa (ABI), também protestou. Ela repudiou “as ações de órgãos de segurança contra profissionais da comunicação. Desta feita, o fato ocorre em nosso estado e praticado por integrantes da Polícia Militar da Bahia intimidando jornalistas da Revista Veja”.

“Uma atitude que atinge frontalmente a liberdade de imprensa, contrapondo-se com os ditames democráticos que regem a sociedade brasileira. E de esperar-se providências imediatas das autoridades estaduais, para apurar as responsabilidades dos policiais envolvidos, com a adoção de medidas que visem eliminar este clima de intolerância que vem marcando as relações entre imprensa e polícia”, denunciou a ABI.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

SÉRGIO CRUZ dizendo que “é um direito de Trump fazer isso”. “O tratamento é péssimo, péssimo mesmo. A gente dormia no chão”, relatou a faxineira Gleiciane dos Santos, na noite desta sexta-feira (14), ao Portal G1, depois de desembarcar em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. “Tem uma sala que eles dão uma manta, é frio. Eles não estão nem aí com menino gripado, com menino doente, entendem? Colocam todo mundo para dormir no chão”, completou Gleiciane.

Para eles, as declarações e atitudes de Bolsonaro não “contribuem para a evolução da democracia no Brasil”

Vinte governadores divulgaram uma carta, na segunda-feira (17), criticando as últimas declarações de Jair Bolsonaro, feitas na semana passada, sobre a morte do ex-PM Adriano da Nóbrega e sobre a política de preços dos combustíveis.

Para os executivos estaduais, está faltando equilíbrio ao presidente da República e os seus rompantes não estão contribuindo “para a evolução da democracia no Brasil”.

O miliciano morto no domingo (9), numa ação policial na Bahia, era chefe do Escritório do Crime no Rio, central de assassinatos por encomenda, acusado de participação no assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes.

O assassino profissional mantém ligações estreitas com o gabinete do então deputado Flávio Bolsonaro, o “zero um” do presidente. O Ministério Público do Rio investigava a participação de Adriano da Nóbrega no esquema de lavagem de dinheiro operado de dentro do gabinete do parlamentar por Fabrício Queiroz, braço direito de Flávio.

A mãe de Adriano, Raimunda Veras Magalhães, era contratada por Flávio Bolsonaro, assim como Danielle Mendonça da Costa da Nóbrega, ex-mulher do pistoleiro. Esta última foi nomeada em 2007 e a mãe do pistoleiro entrou na mamata do gabinete do deputado em 2016. No entanto, nenhuma das duas frequentava a Assembleia Legislativa. Eram laranjas. Receberam cerca de R\$ 1 milhão sem trabalhar e repassaram R\$ 400 mil para o esquema do deputado. Ficaram com uma parte do dinheiro desviado da Alerj e o restante, segundo o MP, foi entregue a Adriano.

Como diz a nota dos governadores, a declaração de Bolsonaro “se antecipando às investigações policiais para atribuir fatos graves à conduta das polícias e de seus Governadores” é inaceitável.

As ligações do miliciano com a família do “mito”, as homenagens feitas ao ex-policial pelo então deputado Flávio, segundo seu pai, Jair Bolsonaro, a mando dele próprio, e os desvios de recursos do gabinete em direção ao miliciano, como aponta o MP/RJ, não autorizam que a família do presidente se recuse a dar explicações ao país sobre esses vínculos e ainda tente jogar a culpa pela morte do chefe do Escritório do Crime nas costas de outras pessoas que nada têm a ver com ele.

Outro aspecto repudiado pelos governadores foi a tentativa de Bolsonaro de jogar para cima deles a culpa pela desastrosa política do governo federal que provocou altas frequentes nos preços dos combustíveis. O governo insiste em manter os preços da gasolina atrelados ao dólar. Diante da elevação nos preços dos combustíveis, causada por esse atrelamento ao mercado internacional – já que a moeda americana vem subindo – Bolsonaro inventou que a culpa pela alta dos preços era do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), principal receita dos estados.

Os governadores, dos mais diversos partidos políticos, se uniram no manifesto para denunciar a demagogia do presidente. Eles disseram que Bolsonaro afronta os estados e o Pacto Federativo ao defender a redução de “impostos vitais para a sobrevivência dos Estados”. Ainda mais que o ICMS, imposto destinado à Edu-

cação, à Saúde, etc, não tem nada a ver com os aumentos causados pela política de atrelamento ao dólar, que é de inteira responsabilidade do governo federal.

Leia a íntegra do manifesto: **CARTA DOS GOVERNADORES EM DEFESA DO PACTO FEDERATIVO**

Recentes declarações do Presidente da República Jair Bolsonaro confrontando

Governadores, ora envolvendo a necessidade de reforma tributária, sem expressamente abordar o tema, mas apenas desafiando Governadores a reduzir impostos vitais para a sobrevivência dos Estados, ora se antecipando a investigações policiais para atribuir fatos graves à conduta das polícias e de seus Governadores, não contribuem para a evolução da democracia no Brasil.

É preciso observar os limites institucionais com a responsabilidade que nossos mandatos exigem. Equilíbrio, sensatez e diálogo para entendimentos na pauta de interesse do povo é o que a sociedade espera de nós.

Trabalhando unidos conseguiremos contribuir para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, pela redução da desigualdade social e pela busca por prosperidade econômica.

Juntos podemos atuar pelo bem do Brasil e dos brasileiros.

Nesse sentido, convidamos o Senhor Presidente da República para o próximo Fórum Nacional de Governadores, a ser realizado em 14 de abril do ano em curso.

Brasília, 17 de fevereiro de 2020.

GLADSON CAMELI
Governador do Estado do Acre

RENAN FILHO
Governador do Estado de Alagoas

WALDEZ GOÉS
Governador do Estado do Amapá

WILSON LIMA
Governador do Estado do Amazonas

RUI COSTA
Governador do Estado da Bahia

CAMILO SANTANA
Governador do Estado do Ceará

IBANEIS ROCHA
Governador do Distrito Federal

RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado do Espírito Santo

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

REINALDO AZAMBUJA
Governador do Estado do Mato Grosso do Sul

ROMEU ZEMA
Governador do Estado de Minas Gerais

HELDER BARBALHO
Governador do Estado do Pará

JOÃO AZEVEDO
Governador do Estado da Paraíba

PAULO CÂMARA
Governador do Estado de Pernambuco

WELLINGTON DIAS
Governador do Estado do Piauí

WILSON WITZEL
Governador do Estado do Rio de Janeiro

FATIMA BEZERRA
Governadora do Estado do Rio Grande do Norte

EDUARDO LEITE
Governador do Estado do Rio Grande do Sul

JOÃO DORIA
Governador do Estado de São Paulo

BELIVALDO CHAGAS
Governador de Sergipe

Narrativa do “zero um” sobre Adriano não convence nem seus seguidores

Flávio Bolsonaro perdeu a compostura e as estribelhas com um de seus seguidores na internet, quando este lhe perguntou, numa postagem feita no sábado (15), “qual a melhor arma para queimar um arquivo, Flavinho?”, em alusão à morte do miliciano Adriano da Nóbrega. A resposta foi uma baixaria. “Não sei, mas pra queimar a rosca você sabe!”, disse o senador.

Flávio Bolsonaro, “o zero um” do Jair Messias, tinha ligações íntimas e muito antigas com o assassino profissional, Adriano da Nóbrega, miliciano chefe do Escritório do Crime, um esquadra da morte que executa assassinatos por encomenda das milí-

cias do Rio de Janeiro. Adriano, que foi morto pela PM da Bahia no domingo (09), era chefe de Ronnie Lessa, pistoleiro que está preso acusado pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes.

Seu seguidor tem uma explicação lógica. É porque ele não está conseguindo emplacar sua narrativa de que não tem nada a ver com o miliciano nem mesmo para as pessoas próximas a ele. Daí a baixaria de insinuar que o interlocutor de sua rede social pudesse estar “queimando a rosca”.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Fracassa tentativa de retaliação de Bolsonaro às entidades estudantis

MP que atropelava a Lei da Meia Entrada caducou sem nem ter passado por comissões no Congresso

Na cerimônia de lançamento da Medida Provisória que anula a Lei 12.933/2013 e estabelecia o aplicativo de celular ID Estudantil em setembro de 2019, Bolsonaro deixou claro que o objetivo de sua MP não era de discutir o acesso à meia-entrada, mas sim, atacar as entidades estudantis. Neste domingo (16), MP 895/2019 perdeu a validade e o direito à meia-entrada em eventos culturais e esportivos fica reestabelecido para os estudantes e jovens de baixa renda brasileiros.

Disse Bolsonaro ao anunciar o ID Estudantil: "Essa lei de hoje, apesar de ser uma bomba, é muito bem vinda, vem do coração. E vai evitar que certas pessoas, em nossas universidades, promovam o socialismo. Socialismo esse que não deu certo em lugar nenhum do mundo, e devemos nos afastar deles".

Bolsonaro fazia referência às entidades estudantis. A cerimônia contou também com a presença do "imprecionante" ministro da Educação Abraham Weintraub e Luciano Hang, o chamado "véio da Havan".

Medidas Provisórias precisam do aval do Congresso em um prazo de 120 dias para que tenham validade. Depois disso, elas perdem efeito.

O motivo desta retaliação foi a resistência promovida pelos estudantes à política de destruição da Educação promovida por Bolsonaro. Em 2019, milhões de pessoas foram às ruas contra o corte de verba nas instituições federais de ensino, o bloqueio de bolsas de pesquisa científica e o projeto de privatização das universidades federais, que foi intitulado "Future-se".

Além de tentar se vingar dos estudantes, Bolsonaro deixou claro o seu completo desrespeito às leis e ao Congresso Nacional. Por meio de mais uma Medida Provisória, o governo tentou atropelar a Lei 9.729/2006 a Lei da Meia Entrada, que foi construída pelos parlamentares em um amplo debate junto a estudantes, produtores culturais e artistas, sendo aprovada quase que por unanimidade na Câmara e no Senado.

"Este ataque foi destinado às entidades estudantis que, no último período realizaram as maiores manifestações contra a destruição e o obscurantismo deste governo. Foram as entidades como a UNE, UBES, a UMES de São Paulo e demais entidades regionais que mobilizaram norte a sul do país num movimento de resistência aos desmandos de Bolsonaro", declarou Lucas Chen, presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP).

GASTO DE R\$ 15 MILHÕES

O mesmo governo que cortou o orçamento da Educação e cancelou bolsas de estudo alegando falta de recursos, realizou um gasto de cerca de R\$ 15 milhões para criar a ID Estudantil.

Segundo levantamento do jornal

Folha de São Paulo, com base na Lei de Informação, somente com a propaganda do aplicativo, o MEC gastou R\$ 2,5 milhões, entre a produção e divulgação das peças publicitárias.

Além do aplicativo, a MP autorizou a criação de um banco de dados educacionais que foi batizado de Sistema Educacional Brasileiro a partir das informações cedidas pelos estudantes e pelas instituições do MEC.

Os dados sigilosos dos estudantes já haviam sido alvo de cobiça dos bolsonaristas desde os primeiros dias de governo. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) não liberou o acesso às informações sigilosas coletadas nos censos da educação básica e superior. Em maio, o delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi, pediu demissão da presidência do Inep após a negativa do Instituto de entregar os dados à turma de Weintraub.

O pagamento é realizado ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). O serviço, de R\$ 12,6 milhões, tem validade de 12 meses.

Ainda segundo a Folha, além dos custos de manutenção, o governo paga R\$ 0,15 a cada carteira emitida.

Segundo o governo, foram solicitadas 325.746 adesões ao ID Estudantil.

SIMPLESMENTE NÃO FUNCIONA

O sistema que foi liberado pelo MEC é alvo de críticas e reprovações até mesmo entre os estudantes que aderiram ao ID Estudantil.

Nas lojas virtuais da Apple (App Store) e Google Play, onde o ID Estudantil podia ser baixado nos celulares, a avaliação do uso e funcionamento do sistema, que é feita pelos usuários é considerada ruim.

Segundo o Portal UOL, no aplicativo da Apple, é possível escolher de uma a cinco estrelas para avaliá-lo. Após 921 avaliações, a nota está abaixo da média, em 2,2.

"Não consigo realizar o cadastramento pelo celular; está dando falhas na validação biométrica por documento", escreveu um usuário.

Em outra avaliação, o aluno recebeu a mesma mensagem. "Pesquisei e vi que minha universidade está inscrita. O que fazer?". O desenvolvedor, então, pediu para "aguardar 24 horas" antes de repetir a reclamação.

Depois de 7.507 avaliações, a nota é de 2,7 de cinco possíveis no Google Play.

"Muito mal organizado. O app diz que minhas fotos não podem ser validadas, pois são dados inválidos. Uma vergonha, tanta propaganda na TV para a carteira digital, e, na realidade, nada funciona. Vergonha", escreveu um estudante.

Outra aluna disse: "Ridículo, tem que ficar meia hora tentando centralizar o rosto pra tirar a foto e mesmo assim SIMPLESMENTE NÃO FUNCIONA. Pode deletar esse lixo da Google Play".



Bolsonaro afirmou que o ID Estudantil seria uma "bomba" contra as entidades

Governo desrespeitou STF e torrou R\$ 1 bilhão da Educação com juros

Durante a audiência pública na Comissão de Educação do Senado, Abraham Weintraub admitiu que o governo Bolsonaro desrespeitou a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de destinar R\$ 1 bilhão dos recursos recuperados pela Operação Lava Jato para a Educação. Segundo o ministro bolsonarista, o dinheiro foi torrado com o pagamento de juros da dívida.

O ministro da Educação defendeu o furto dos recursos promovido pela equipe para engordar cofres de bancos e considerou que não usar os recursos destinados para a sua pasta não é um problema porque "amortecem juros da dívida pública".

Durante a audiência, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES), questionou o fato de, apesar de o MEC ter recebido R\$ 1 bilhão da Operação Lava Jato no ano passado, os recursos não terem sido utilizados por Weintraub.

O ministro tentou minimizar o descaso dizendo que os recursos parados amortizaram os juros da dívida pública e afirmou que ainda ia usar o valor em programa que dará um voucher para as famílias mais pobres pagarem creches aos filhos.

"Vai ser um programa-piloto do voucher creche, principalmente para o Nordeste o Norte", disse. Então, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) desmentiu Weintraub e destacou que a não utilização dos recursos acaba por desvincular o dinheiro da educação.

"Depois da não execução, e da falta de empenho, ele retorna para o Tesouro. Você vai ter que novamente que negociar espaço orçamentário. Era recurso que já estava reservado



No Senado, ministro disse que não usou recurso

e disponível para a educação", explicou Alessandro Vieira.

GESTÃO

Em setembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal validou o acordo sobre a destinação do dinheiro recuperado. Cerca de R\$ 1 bilhão, do total de R\$ 2,6 bilhões, foi destinado para o MEC.

A pasta de Weintraub foi a única, entre as sete que receberam os recursos, que não utilizou nenhum centavo da verba.

Cinco meses após a decisão do STF, o incompetente ministro diz ainda que o MEC "não teve tempo" para finalizar um projeto para alocação do recurso. Mesmo numa situação de estrangulamento das universidades e institutos federais, ou o atraso no pagamento de bolsas de pesquisa científica, ou até mesmo a falta de recursos básicos nas escolas brasileiras, Weintraub diz que não sabia como utilizar esse dinheiro e por isso, preferiu que Paulo Guedes queimasse o dinheiro do povo brasileiro.

VOUCHER PRIVATISTA
Weintraub (o mesmo que disse que o Enem de 2019 "foi o melhor de todos os tempos"), diz que o governo prepara o que será o maior programa de creches "que o mundo ocidental". O plano bolsonarista é o de recurso

(que na realidade nem sequer existe) para alugar vagas em creches particulares para crianças pobres. Mas há entraves legais para o gasto de dinheiro público em instituições com fins lucrativos na educação infantil.

No ano passado, o MEC gastou apenas R\$ 58 milhões para a construção de creches, o menor valor desde pelo menos 2013. A educação infantil é de responsabilidade das prefeituras, mas o governo federal mantém uma política de repasses para obras e manutenção de matrículas.

Toda esta enrolação foi, na verdade, porque o governo só considerou a possibilidade de despejar o recurso no setor privado, entregando o recurso diretamente para os bancos por meio do pagamento de juros da dívida pública.

Nada impedia o MEC de destinar o R\$ 1 bilhão para outros projetos, inclusive de construção de unidades próprias da União, ou aporte aos municípios para construí-las. Mas pra que fazer isso, se o governo também pode fingir que não viu o recurso, esperar ele ser desvinculado e ir direto para o bolso dos banqueiros.

MAÍRA CAMPOS



Organização de Ricardo diz ter a "missão" de converter "povos indígenas do planeta"

MPF pede demissão de evangelizador de índios nomeado para a Funai

O Ministério Público Federal (MPF) pediu que a Justiça suspenda a nomeação de Ricardo Lopes Dias para o cargo de Coordenador Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A ação civil pública foi ajuizada na terça-feira (11) e pede a suspensão da nomeação por evidente conflito de interesses, incompatibilidade técnica e risco de retrocesso na política de não contato adotada pelo Brasil desde a década de 1980.

"Considerando que o Brasil é o país onde se registra o maior número de povos indígenas isolados na América do Sul - e o Estado Brasileiro reconhece a existência de 114 registros, sendo 28 desses com presença confirmada -, os riscos de informações e dados sensíveis e confidenciais armazenados na coordenação serem acessados por missões de fé com propósitos declaradamente evangelizantes é patente", afirma a ação do MPF.

Na semana passada, o presidente da Funai Marcelo Xavier nomeou Dias para a coordenação, uma das mais importantes e sensíveis da entidade. Desde então, ele é o responsável pela proteção de índios isolados e de recente contato, considerados os grupos mais vulneráveis do país.

Dias foi ligado por dez anos à Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), organização com origem nos EUA para evangelização de populações indígenas, cuja atuação é considerada controversa por antropólogos e indigenistas.

Para nomear o missionário, Marcelo Xavier fez antes uma alteração no regimento interno do órgão, retirando a exigência de que o coordenador da área de isolados seja um servidor de carreira. Para o MPF, não existe qualquer dúvida da ilegalidade da nomeação de Ricardo Lopes Dias ao cargo, porque a medida enfraquece a capacidade institucional da Funai em proteger a autodeterminação e a vida dos povos indígenas, mandamentos constitucionais que regem a atuação da fundação.

"A vontade da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 consagrou a virada paradigmática da postura indigenista brasileira: do fim das práticas de integracionismo e assimilação para o respeito à alteridade dos povos. É papel das instituições do sistema de justiça garantir que o pacto constitucional seja resguardado, em respeito à vontade dos povos que o constituíram", diz a ação ao pedir a suspensão da nomeação e da portaria que alterou o regimento.

Caso a Justiça concorde com o pleito, a portaria nº 167/2020 da Funai será anulada, o que assegura que apenas servidores efetivos da fundação possam coordenar a área que protege povos em isolamento voluntário e de recente contato. Conseqüentemente, a portaria nº 151/2020, que nomeou Ricardo Lopes Dias, também será anulada.

Antropólogo bolsonarista é preso ao tentar impedir fiscalização do Ibama

O antropólogo bolsonarista Edward Luz foi preso no último domingo (6) por tentar impedir a fiscalização do Ibama na Terra Indígena Ituna-Itatá, no Pará. A região teve recorde de desmatamento no ano de 2019.

Em um vídeo gravado pelo próprio Edward, é possível ver que ele foi advertido por agentes do Ibama que deveria se retirar de imediato da Terra Indígena Ituna-Itatá, o que se recusou a fazer.

O bolsonarista tentou impedir o trabalho dos fiscais do Ibama, que, segundo ele, não deveriam fazer fiscalização no local e, que ao fazerem, estariam desobedecendo as ordens de Salles.

No vídeo, ele diz que estava no local "para fazer cumprir a ordem ministerial, do senhor ministro Ricardo Salles, com qual me encontrei na última terça-feira, dia 11 de fevereiro, na 4ª Câmara [Meio Ambiente] do Ministério Público Federal, onde ficou acordado que nenhum patrimônio de população em situação de fragilidade será destruído".

O procurador Daniel Azeredo, da 4ª Câmara desmentiu o antropólogo bolsonarista: "O antropólogo está sem qualquer razão. A operação do Ibama se desenrola dentro da lei, e ele não pode interferir ou atrapalhar", afirmou.

Ituna Itatá, além de ser a Terra Indígena mais desmatada em 2019, é a mais desmatada em janeiro, deste ano, segundo monitoramento do Instituto Imazon.

A área é invadida por grileiros e posseiros, com apoio de políticos, principalmente o senador Zequinha Marinho (PSC-PA). Há cerca de um mês, o Ibama atua na área permanentemente para coibir ações ilegais.

A área em questão, embora ainda não demarcada, está protegida por ato formal de interdição da Funai, em razão da possibilidade de existência de índios isolados na região.



Umes Caras Pintadas denuncia ataques contra Educação

Críticas ao governo Bolsonaro marcam o início do Carnaval

Neste fim de semana, centenas de blocos saíram às ruas do país dando início ao Carnaval de Rua 2020. Em São Paulo, mais de um milhão de pessoas participaram do pré-carnaval em blocos espalhados por toda a cidade. No tradicional bairro do Bixiga, o "Bloco Umes Caras Pintadas", celebrou o seu 26º desfile, com um show de marchinhas e muita alegria aos foliões.

A marchinha "A Granja do seu Jair" denunciava os desmandos do governo Bolsonaro na Educação e na Cultura "com ovos que a gente abre/ não sabe o que vai sair...".

No Ibirapuera, os blocos "Frevo Mulher", de Elba Ramalho, e "Bicho Maluco Beleza", de Alceu Valença, trouxeram para a multidão a alegria do carnaval nordesti-

no, alegrando as diferentes gerações de foliões presentes. Em Pinheiros, o Cordão Carnavalesco Confraria do Pasmado (CCCCP) e o Bloco do Ó, fizeram um show a parte.

CEDAE

No Rio de Janeiro, a crise da água foi tema da crítica dos foliões. No cortejo do "Cordão do Boitatá", diversas pessoas usaram fantasias em alusão à gestão da Cedaee e ao governo de Wilson Witzel. O aposentado Claudio Lagame, de 62 anos, também apostou no tom crítico na hora de escolher a fantasia e desfilou de carvão atizado. O tema do samba do "Suvaco de Cristo" deste ano foi "Águas de fevereiro", e na letra, geosmina, queimadas da Amazônia, o óleo nas praias deram o tom da crítica.

PCdoB exige punição a assassinos de liderança rural de Mato Grosso

Afonso João da Silva, presidente do PCdoB de Jaciara (MT) e ativista por terra, foi assassinado na noite da última sexta-feira (14) no Assentamento União da Vitória, zona rural a 142 km de Cuiabá.

Afonso João foi encontrado morto com diversas perfurações de arma de fogo. Ele era líder do acampamento que existe há mais de 15 anos às margens da BR-364. Moradores da região relataram que ouviram tiros e que, ao se deslocarem para ver o que tinha acontecido, se depararam com Afonso sem vida, caído no chão.

Uma equipe da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec) analisou a cena do crime e coletou informações para apurar o caso. O corpo do presidente do PCdoB na cidade foi encaminhado para o Instituto Médico Legal (IML),

onde passará por necropsia. Afonso João era um assíduo defensor da reforma agrária.

Pelas redes sociais, várias autoridades políticas lamentaram o que aconteceu. "Tragédia! Hoje no início da manhã, Afonso João Silva, Presidente do PCdoB de Jaciara-MT foi assassinado! Mais um lutador que tomba na luta pela Reforma Agrária!", disse o dirigente estadual do Partido no Mato Grosso, Sérgio Negri.

Em nota, o PCdoB no estado afirma que se trata de um crime bárbaro, com características de execução, diante do uso de armas de grosso calibre e realizado na residência da vítima e exige apuração rigorosa do caso.

O comunicado destaca ainda que o assentamento União da Vitória é uma ocupação de área federal e a luta pela posse da terra passou por tensões ao longo do processo, envolvendo

os assentados e a Usina Pantanal. No entanto, nos últimos meses se aguardava a decisão da justiça, em função disso a situação estava relativamente apaziguada", ressalta.

A presidente nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Luciana Santos, em nota, exige apuração rigorosa do assassinato do presidente municipal do PCdoB de Jaciara.

No comunicado o PCdoB exige das autoridades o rigor da Lei, que se investigue, julgue e prenda os culpados. Aos dirigentes, militantes e familiares, à solidariedade e o pedido de paz e justiça no campo. "Reverenciamos sua memória, seu legado em prol da luta pelos direitos do povo e expressamos nossos sentimentos e solidariedade à família do camarada Afonso", disse Luciana Santos em nota.

FNP: greve paralisa todas as plataformas do litoral paulista



Petroleiros



Parlamentares e entidades condenaram a política de Guedes/Bolsonaro

Ato lota auditório na Câmara contra ataques do governo aos servidores

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público realizou um ato pela valorização do serviço público reunindo parlamentares, centrais sindicais, federações, confederações e sindicatos das mais diversas categorias do funcionalismo, nesta quarta-feira (12).

O ato lotou o auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, contra os ataques do governo aos serviços públicos e as tentativas de Paulo Guedes de difamar os servidores.

O ato foi presidido pela deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA), que abriu os trabalhos solidarizando-se com a greve dos petroleiros que estão paralisados desde o sábado (01). Estiveram presentes, dentre outras, as mobilizações dos trabalhadores da Casa da Moeda, Dataprev, Correios, Serpro e Petrobrás.

A deputada condenou as mentiras propagadas pelo governo para “tentar jogar a sociedade contra os serviços públicos, colocando os servidores como uma elite dos trabalhadores com privilégios. Foi o que disseram para aprovar em cascata as reformas da previdência nos estados brasileiros, inclusive no meu”, disse.

Com o repúdio e mobilização das entidades de servidores repúdio de diversas entidades, o governo recuou e desistiu, nesta quarta-feira, 12, de apresentar projeto de reforma administrativa que pretende extinguir a estabilidade, suspende concursos, reduzir a jornada e os salários, e barra a perspectiva de crescimento nas carreiras, impedindo novos planos de carreira.

“O governo Federal não quer apresentar o texto [da reforma administrativa], não quer assumir a responsabilidade porque não há ninguém que queira assumir a maternidade ou a paternidade da maldade maior contra o Estado brasileiro”, disse Alice Portugal.

Na última sexta-feira (07), Guedes atacou o conjunto dos servidores, classificando-os como “parasitas” do Estado, o que provocou uma profunda indignação e repúdio nos mais diferentes setores da sociedade, o que fez com que se retratasse com uma nota à imprensa.

“Chamar de parasita aquela auxiliar de enfermagem que está lá cuidando dos nossos filhos, parentes, avós e avós, os bombeiros, que são verdadeiros heróis, aquele policial que tenta proteger as nossas vidas da melhor maneira o possível, num Brasil de tanta desigualdade, de tanta violência, os carteiros e os demais servidores... os parasitas de verdade são os banqueiros”, disse o senador Fábio Contarato (REDE-ES).

“Parasita é essa relação promíscua estabelecida pela política econômica neoliberal do Estado mínimo [...] mas podem contar comigo! Porque se está no hino nacional ‘verás que um filho teu não foge à luta’ não vamos nos calar diante das violações dos direitos dos servidores públicos”, completou Contarato.

Para o deputado federal Elvino Bonh Gass (PT-RS), “não adianta o Paulo Guedes pedir desculpas, dizer que foi mal interpretado, porque ele não só disse como pratica a ideia de destruir o serviço público porque é isso que pensa. Ele não quer o SUS, porque ele quer a saúde privatizada. Ele não quer o ensino público, porque ele quer o ensino privado. Ele ataca os servidores públicos porque ele quer privilegiar apenas os banqueiros e seus interesses”.

Para o deputado federal e ex-deputado constituinte, Paulo Ramos (PDT-RJ), “a soberania nacional também incorpora a prestação dos serviços públicos. Tudo que estava escrito na Constituição vem sendo mudado”.

Ramos alerta que desde a aprovação da Constituição, os sucessivos governos neoliberais vêm pregando o Estado mínimo, contudo o governo Bolsonaro vai além e quer destruir as possibilidades de o povo brasileiro constituir um projeto de nação.

“Paulo Guedes se atreveu a chamar o servidor de parasita, mas é ele o sanguessuga. Ele estruturou uma organização que está desviando os recursos públicos de praticamente todos os fundos de pensão, do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica. É uma organização criminosa. Nós sabemos o

que ele representa”. “Já ingressei na Procuradoria da República, no Tribunal de Contas da União e amanhã recorrerei ao Supremo Tribunal Federal. Ele não pode continuar ministro”, disse Paulo Ramos.

O deputado federal Daniel Almeida (PCdoB-BA) alertou que “o objetivo desse governo é destruir os serviços públicos, é atender os interesses do mercado. Eles [governo] sabem que o caminho mais curto é atingir os servidores públicos, é tirar o direito dos servidores públicos, é diminuir a resistência baixando a moral dos servidores públicos. Nada tem sido feito para proteger os mais pobres neste país. Todo orçamento da União se destina a garantir os interesses do capital financeiro”.

O deputado federal Tadeu Alencar (PE), líder do PSB, ressaltou que “esse governo tem feito diversos ataques aos direitos do povo. São ataques à democracia, ataques à educação, ataques ao patrimônio estratégico do Brasil e, agora, ataques aos servidores públicos”. “Como se pudesse haver políticas públicas que não tivessem por trás delas a honradez, a qualificação técnica dos servidores públicos”.

Para o deputado federal cearense, André Figueiredo, líder do PDT, o governo Bolsonaro “não tem compromisso nenhum com o povo brasileiro. Veio apenas para desmontar o Estado e vender empresas que são lucrativas, para desempregar milhares de trabalhadores deste país”.

O governo faz “uma tática de saturação para nos dividir e nos dispersar, por isso essa movimentação do dia 18 [de março] é essencial, e o parlamento está aqui pronto para repercutir e apoiar”, concluiu a deputada Alice Portugal, referindo-se à mobilização nacional convocada pelos servidores.

Em todo o país, greve dos petroleiros já conta com a adesão de mais de 20 mil

A greve nacional dos petroleiros, que chega nesta segunda-feira ao 17º dia, fechou a semana com todas as plataformas do litoral paulista paradas, com a adesão, no domingo, dos trabalhadores da plataforma de Merluza, únicos que continuavam trabalhando normalmente.

A plataforma de Merluza produz gás natural, e está instalada na Bacia de Santos. Sua produção escoou através de um gasoduto que liga a plataforma até a unidade de gás natural na Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão (SP).

Em todo o país, a greve dos petroleiros já conta com a adesão de mais de 20 mil trabalhadores. São 58 plataformas, 11 refinarias, 23 terminais, 7 campos terrestres, 7 termelétricas entre outras unidades, segundo as federações e sindicatos da categoria.

A mobilização é contra o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados Fafen-PR e a demissão de cerca de 396 trabalhadores da unidade, e contra a política de desinvestimento e privatização da estatal, além da exigência do cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que, segundo as entidades, estariam sendo desrespeitado pela empresa.

DEMISSÕES

Em relação às demissões no Paraná, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) afirma que os trabalhadores da Fafen já começaram a ser notificados para comparecerem à empresa e efetivarem suas demissões. Segundo a entidade, até trabalhadores afastados por doença ou em tratamentos de câncer foram notificados.

A FUP também denuncia que além da dispensa coletiva, a Petrobrás não pagou o adiantamento dos petroleiros da Fafen-PR no dia 10, enquanto tenta subornar trabalhadores que permanecerem em seus postos com cheques de R\$ 3 mil por dia, além do adiantamento do Prêmio por Performance (PPP 2019), na tentativa de enfraquecer a greve.

Embora a direção da empresa negue, segundo o Sindipetro-LP (Sindicato

dos Petroleiros do Litoral Paulista), o movimento já está impactando a produção. O sindicato afirma que só a paralisação nas áreas de Recuperação de Aromáticos (URA) e de destilação atmosférica (UV), iniciadas no dia 15, já produz impacto significativo para a empresa.

Em cada dia de paralisação na unidade UV, pode exemplo, a empresa deixa de refinar 4 mil m³ de petróleo, o equivalente a 25 mil barris diários.

“A produção não para com a greve, mas diminuiu. A Petrobras mente. Foi assim também em 2015 e depois, no relatório anual, teve que confessar o prejuízo”, afirma o coordenador da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Adaedson Costa.

A federação diz que a Petrobrás tentou contratar temporariamente funcionários aposentados, mas não obteve sucesso.

Mesmo afirmando que a greve não está atingindo a produção, contraditoriamente a Petrobrás admite que está tendo que se valer de equipes de contingência e da contratação de trabalhadores temporários. Nesta segunda, a empresa também decidiu suspender as férias de trabalhadores que já tinham marcado o descanso para março.

De norte a sul do país o movimento só avança. No domingo, os petroleiros de Manaus promoveram um ato no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes em repúdio à direção da empresa e ao governo.

Com faixas e gritando palavras de ordem como “não estamos à venda” e “defender a Petrobrás é defender o Brasil”, os trabalhadores denunciaram que, no Estado, a privatização já está em curso, com o processo de venda das termelétricas Jaraqui e Tambaqui. Na duas termelétricas, 90% da categoria está parada desde o dia 13.

Na terça-feira (18), uma grande mobilização nacional em defesa do emprego, da Petrobrás e do Brasil será realizada no Rio de Janeiro, com a participação de caravanas de trabalhadores de vários estados. A concentração será a partir das 16h, em frente à sede da Petrobrás, no Centro do Rio.

Fasubra: ‘Guedes quer desmontar o Estado atacando os servidores’

A Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) divulgou nota repudiando as declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, que chamou os servidores públicos de “parasitas”.

A Direção Nacional da Fasubra afirmou na nota publicada, no domingo (09), que “tomará todas as medidas cabíveis nos campos político e jurídico”.

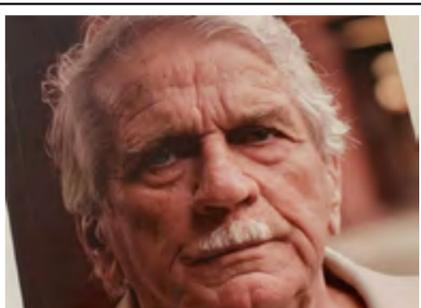
A Fasubra denuncia que “a exemplo do que fez na reforma da Previdência, o ministro mais uma vez mente e semeia o ódio contra o servidor público por onde passa [...] Desde que assumiu o Ministério, a política apresentada por Guedes tem sido de desmonte do Estado brasileiro de bem estar social. Para isso, propõe congelamento e redução de salários, fim de concursos públicos, venda do patrimônio e das riquezas do país.”

Como um bom especulador “Guedes é subserviente ao capital estrangeiro e não descansará enquanto não destruir o Estado”, continua em nota a Fasubra.



bra. É ele e sua política de privilégio total aos bancos e especuladores e estrangulamento do setor produtivo que estão “matando o hospedeiro”.

“Os servidores públicos federais, estaduais e municipais desempenham um trabalho de vital importância para a sociedade e para o funcionamento da Administração Pública. O papel do Estado oferecer serviços de qualidade em áreas estratégicas como a educação, saúde, justiça, segurança e transporte, e para tal é necessário ter servidores qualificados, com autonomia e valorizados para garantir o atendimento da população brasileira.”, completa a nota.



Líder da CGT, Martinelli deixa a luta e passa para a história

No domingo, (16), o grande personagem da luta sindical, patriótica e democrática do Brasil, Rafael Martinelli, deixou a luta e passou para a história.

Raphael Martinelli foi um brasileiro como poucos. Conviveu com todos os presidentes da República, foi excluído da vida pública pelas perseguições do regime militar. Fundou com Mariguella a ALN (Ação Libertadora Nacional). Foi preso e manteve-se sempre firme na luta em defesa da democracia.

“Sempre que o presidente (Jango) precisava de alguma coisa, ele me procurava. Isso causava até um certo ciúme no meu partido, o PCB”, contou Raphael Martinelli, durante a homenagem ao centenário do ex-presidente João Goulart, realizada em setembro do ano passado na Assembleia Legislativa de São Paulo, por iniciativa da deputada Leci Brandão, do PCdoB.

Dirigente sindical de ponta. Foi trabalhador das ferrovias na década de 30 e 40 e assumiu as lutas em defesa dos trabalhadores e dos ferroviários. Participou da direção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade que liderou a luta sindical na década de 60.

Sua vida, no difícil período em que estamos passando, serve de exemplo a todos os patriotas. Vamos nos mirar na resistência do velho e bom camarada. Ele sempre se fará presente na memória daqueles que buscam a justiça e a emancipação do país e dos trabalhadores. O velório está ocorrendo no início da noite no Hospital Premier, na Avenida Juruatuba, 481, no Brooklin, em SP.

Fenajufe: “Parasita é a sua história, Paulo Guedes”

As declarações do ministro da Economia Paulo Guedes, que chamou os servidores públicos de “parasitas”, continuam provocando revolta na categoria.

Em nota, a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), respondeu às afirmações afirmando que “parasita é a sua história, Paulo Guedes”. “Ao comparar Servidores Públicos a parasitas, o verdadeiro “ZeroUm” de Jair Bolsonaro mostra a que veio: vender postos de trabalho público ao setor privado”, diz a Federação.

Na terça-feira, 11, entidades que compõem o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) realizaram um ato em frente ao Ministério da Economia, em protesto contra as declarações do ministro.

“Privilegio por acaso é o esforço monumental que o servidor é obrigado a fazer para impedir que apaniguados de políticos roubem os cofres públicos, nomeiem parentes e surrupiem o erário? Privilegio, sim, é poder recuperar dinheiro público roubado, como o fazem os Servidores do Judiciário que repatriam essas quantias”.

“Guedes é desonesto ainda ao afirmar que 88% da população é favorável à demissão de servidores, sem esclarecer que essa mesma população foi enganada e adestrada a criticar o salário do servidor e não lutar para que seus próprios salários, sejam equiparados ao do funcionalismo”, continua a nota.

“O hospedeiro está doente sim. Mas a doença vem dos bancos parasitas e do sistema financeiro parasita, que roubam dos cofres públicos e remuneram a você, ministro, para defender os interesses deles no governo”.

A ANPM destaca ainda que “o ministro demonstrou profundo desrespeito pelos servidores e reforçou

o posicionamento que temos assistido nas últimas ações do governo de desmonte do serviço público e enfraquecimento do Estado”.

“Falta a Paulo Guedes a honestidade de assumir publicamente que a ele, o governo e ao próprio presidente da República, não interessa manter serviço público para atender ao pobre. Falta honestidade de assumir publicamente que o objetivo do governo é exterminar a população pobre. Não erradicar a pobreza”, denuncia a Fenajufe.

A Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM) também repudiou a ofensa do ministro: “A declaração mostra que o ministro desconhece o valoroso e qualificado trabalho de defesa jurídica realizado pelos procuradores municipais, que reverteram ao patrimônio público vultosas quantias e previnem gastos e desperdícios de recursos públicos. A advocacia pública independente é garantia fundamental de aplicação da Constituição e das leis para todos, inclusive governantes”, diz a ANPM.

A Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB-Sindical) disse em nota que “há mais de 100 anos os diplomatas brasileiros têm como maior objetivo construir a imagem; o desenvolvimento do País e sobretudo garantir os direitos e zelar pela integridade física dos cidadãos brasileiros que residem ou visitam o exterior [...] três diplomatas que dirigiram por 16 horas sob neve e entraram na cidade confinada de Wuhan, para resgatar 31 cidadãos brasileiros. Esse tipo de dedicação e lealdade ao País em diversas ocasiões, enfrentando, inclusive, riscos de contaminação, são situações comuns vivenciadas pelos representantes do Brasil no exterior”.

destacou a porta voz da entidade, Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues.

“Argentina não fará arrocho para pagar dívida”, diz ministro ao FMI



Shlomo Slutzky de câmera em punho “Incitamento racista de Netanyahu é atentado à democracia”, denuncia cineasta israelense

No dia 28 de janeiro, já ao final da minha estadia em Israel (o que incluiu uma passagem pela Palestina), tive a oportunidade de entrevistar o documentarista israelense e argentino, Shlomo Slutzky. Além de falar sobre seus filmes, o cineasta – que participa da campanha eleitoral, com vistas às eleições parlamentares marcadas para o dia 2 de março, a favor da lista Meretz, posicionada contra a ocupação dos territórios palestinos por Israel – revela suas opiniões sobre a realidade israelense e detalhes de sua jornada de lutas que inclui uma prisão por se negar a participar da ocupação do sul do Líbano.

Nathaniel Braia – Fale sobre os seus filmes

Shlomo Slutzky – Eu me considero mais documentarista que cineasta. Há documentaristas que, como eu, vieram do jornalismo.

Antes desse trabalho, como jornalista [Slutzky foi correspondente do jornal argentino Clarín em Israel] todos os dias escrevia pequenas matérias ou notas. O cinema me permitiu algo mais amplo, mais profundo e era aí que eu queria chegar.

Querida também escolher temas que me interessam. Temas através dos quais eu pudesse aportar algo novo, algo especial.

Foi assim que surgiram várias películas, como “O ano que vem na Argentina” cujo título está baseado na consigna popular entre os judeus da diáspora, “O ano que vem em Jerusalém”. O filme também foi uma resposta a tantos que me perguntavam como é que eu pude estar aqui por 25 anos e meus amigos judeus argentinos não vieram ou, quando vieram, não ficaram, mesmo com toda a situação argentina, a pobreza, os períodos ditatoriais, o antisemitismo, que é latente?

Eu queria mostrar ao público israelense, que é verdade que há pobreza e houve uma ou mais crises econômicas na Argentina. Mas que não se compara a crises de fome terríveis como as que foram as correntes migratórias dramáticas da África.

Então decidi que, em vez de fazer um doutorado sobre este tema, ou um filme com especialistas onde cada um explicasse as coisas, tomei seis pessoas que falaram sobre o porquê desta decisão de retorno representada na frase “O ano que vem na Argentina”.

No filme temos vários casos. O de uma prima minha que era casada com um homem de origem italiana e que acabou morrendo no atentado na AMIA (Associação Mutual Israelita Argentina) e ela decidiu voltar em homenagem a seu marido e como que para dizer que seu retorno a Argentina era uma resposta aos que queriam expulsar de lá os judeus. Como quem diz, vou lutar aqui pelo direito de ser judia na Argentina.

Outro, um milionário judeu argentino que chegou à conclusão de que podia contribuir mais para o judaísmo na Argentina do que indo a Israel. Bem, cada um apresentava suas histórias e suas razões.

Eu também acabei integrando a película, mas depondo no sentido inverso, ou seja, que decidi sim ficar em Israel e sim lutar por um mundo melhor para todos através de minha participação em atividades progressistas em Israel.

A diferença é que quando mais jovem eu dizia que aliah (ida a Israel, era a única verdade para os judeus) e então eu cobrava dos burocratas da comunidade judaica argentina “vocês falam de sionismo, mas não se mudam para Israel”. Mas, finalmente, meus melhores amigos ficaram na Argentina e tive que entender tudo isso de uma forma mais profunda.

Depois fiz um filme denominado “O terceiro caminho” após dois atentados, um na embaixada israelense na Argentina e outro na AMIA (Associação Mutual Israelita Argentina). O filme mostra que nem ao governo do país de onde eu vim, a Argentina, e nem o do país onde me instalei, Israel, lhes interessava investigar para chegar à verdade sobre o que aconteceu.

Há mais um filme que se chama “Sem ponto final” e que trata daquela parcela dos que foram para Israel pensando em lutar pelos ideais socialistas e por um mundo melhor, mas também dos muitos que preferiram ficar na Argentina e travar essa luta aí. Muitos caíram diante da ditadura. Como eu digo no filme, dos 30 mil argentinos desaparecidos neste período, 2 mil eram judeus.

Leia entrevista na íntegra em horadopovo.com.br

Lavrov diz à Europa que se livre do ‘fantasma da ameaça russa’ e busque o que une a todos

A expansão para o leste da Otan e exercícios militares de larga escala perto das fronteiras russas podem levar a consequências imprevisíveis e é hora da Europa mudar de rumo, afirmou o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, na Conferência de Segurança de Munique, que é uma espécie de “Davos da Defesa” e se realiza desde 1963.

“Desistam de promover o fantasma da ‘ameaça russa’ ou de qualquer outra ameaça – antes que seja tarde demais – e lembrem-se do que nos une a todos”, sublinhou o chanceler russo. Em maio, serão comemorados os 75 anos

da vitória aliada sobre a barbárie nazista.

Ele convocou a Europa “a se concentrar na cooperação na segurança e a ajudar a defender tratados internacionais, em vez de seguir uma política de confronto”.

Em seu discurso, Lavrov também reiterou a proposta de Moscou de que os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, França, Rússia, Reino Unido e EUA) realizem uma cúpula o quanto antes, a fim de ter “uma troca franca e honesta de opiniões sobre como preservar a paz para as gerações futuras”.

Veja matéria na íntegra em horadopovo.com.br



Ministro Guzmán (na exposição a deputados ao lado da bandeira argentina) rechaça exigências do FMI: “atendê-las levaria à destruição da economia”

Argentinos repudiam nas ruas a “cobrança indevida” apresentada pela missão do FMI

“Não vamos permitir que fundos de investimento e órgãos estrangeiros marquem a pauta da política macroeconômica do nosso país”, afirmou em sessão do Congresso Nacional da Argentina o ministro de Economia, Martín Guzmán, na quarta-feira, 12.

Enquanto isso, milhares de pessoas convocadas por sindicatos, organizações sociais e políticas se manifestavam nas ruas com marchas, atos e refeições populares, no dia da chegada de uma delegação do Fundo Monetário Internacional (FMI), que chega com pretensão de ditar as regras e o modelo econômico que o governo de Alberto Fernández e Cristina Kirchner deveriam implementar.

Os representantes do FMI chegaram a Buenos Aires para começar uma renegociação da impagável dívida adquirida pelo governo anterior, de Mauricio Macri, a mais alta já acontecida em um prazo de quatro anos.

Encabeçada pela União de Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Popular, UTEP pelas duas Centrais de Trabalhadores da Argentina, a Autônoma, e a dos Trabalhadores, e por vários sindicatos da Confederação Geral do Trabalho, CGT, a mobilização partiu desde o ponto zero de Buenos Aires, o Obelisco, até o Congresso. Houve outros atos menores em vários pontos da capital, todos unificados sob a consigna «Fora o FMI. A dívida é com o povo».

A população argentina não esquece a intervenção do FMI que na época do presidente Carlos Menem e depois de



“Não ao FMI”, diz faixa que abre ato em Buenos Aires

Fernando de La Rúa provocou a crise histórica que desembocou no estouro social em 2001, com a consequente queda do governo.

“Estamos aqui porque nos convoca a rejeição aos objetivos dessa delegação do Fundo, porque não acreditamos, nem aceitamos, que a dívida possa de pagar com arrocho e com fome. É importante que o governo consiga impulsar uma negociação que priorize os interesses nacionais, que não prejudique os setores populares porque cada acordo anterior com o Fundo foi em detrimento do tecido social”, disse ao jornal Página 12 Gildo Onorato, diretor da UTEP e presidente da Federação de Cooperativas de Trabalho Evita.

“Também queremos dizer ao Fundo que vamos investigar a dívida que Macri contraiu. Dos 44 bilhões de dólares que o FMI emprestou, 37 bilhões saíram do país”, declarou o deputado da coalizão governamental Frente de Todos, Juan Carlos Alderete.

A visita da delegação do FMI coincidiu com a presença de Guzmán na Câmara dos Deputados para analisar a

nova lei de Restauração da Sustentabilidade da Dívida Pública Externa, votada recentemente.

Guzmán avaliou o processo de reestruturação da dívida pública, que qualificou de insustentável. Deixou claro que “o FMI realizou o maior empréstimo de sua história, um empréstimo que não se utilizou em absoluto para incrementar a capacidade produtiva do país, mas para pagar dívidas de maneira insustentável e para financiar a fuga de capitais. O FMI também é responsável pela crise da dívida e a crise econômica que a Argentina está vivendo”, concluiu.

O presidente Alberto Fernández, que assumiu o governo em 10 de dezembro, observou que a dívida é impagável, enquanto o país recupera o crescimento econômico. Por isso, propôs um adiamento dos pagamentos.

A Argentina se encontra em recessão desde meados de 2018, com uma inflação anual de mais de 50%, forte desvalorização monetária e aumento da pobreza e do desemprego.

Matéria na íntegra está em horadopovo.com.br

Bolívia: magistrado denuncia governo Añez como ilegal e inconstitucional

Petronilo Flores Condori, do Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) da Bolívia, governo da autoproclamada presidenta Añez “não tem valor legal” - foto La Razón

O magistrado do Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) da Bolívia, Petronilo Flores Condori, afirmou que “não tem valor legal e não é vinculante” o documento utilizado pela autoproclamada presidenta Jeanine Añez, no dia 12 de novembro de 2019, para suceder o presidente Evo Morales logo após o golpe de Estado.

Em novembro passado, o país andino vivia dias extremamente sangrentos promovidos por forças policiais e militares que, com apoio dos Estados Unidos, que desembocaram na renúncia do presidente Evo Morales e de todas as autoridades na linha de sucessão constitucional.

Frente ao vazio de poder aberto com a morte de pelo menos 36 manifestantes, centenas de feridos e presos políticos, a então senadora Añez se autoproclamou “presidenta interina”, baseando-se numa declaração constitucional de 2001

sem qualquer validade, já que as autoridades foram perseguidas e criminalizadas pelos golpistas. Foi este o comunicado sobre o vácuo de poder, pretensamente “constitucional”, que Añez tomou como suposto respaldo para se autoproclamar mandatária.

“É um comunicado que não tem nenhuma relevância jurídica. O Código Processual Constitucional somente reconhece como vinculante as sentenças constitucionais plurinacionais, as declarações constitucionais e os autos constitucionais”, explicou na última sexta-feira o magistrado.

Ao ser consultado por membros da Comissão de Justiça Plural, pelo Ministério Público e de Defesa da Câmara de Deputados, Petronilo esclareceu que o comunicado não avaliou concretamente nenhum nome e, portanto, é uma mera informação à cidadania frente à situação de crise em que se viu mergulhado o país.

Frente ao esclarecimento, o ex-presidente Evo Morales assinalou que foi violada a Constituição para se perseguir oponentes e pôr fim às conquistas alcançadas durante

os últimos 13 anos. “O que havíamos afirmado está comprovado: o comunicado utilizado pela autoproclamada não tem qualquer valor legal. O governo golpista violou a constituição, massacrando o povo e destruiu nossa economia”, sublinhou Evo.

Añez anunciou em janeiro sua postulação como candidata à Presidência em meio a inúmeras advertências e condenações, nacionais e internacionais, diante do fato de uma presidenta não eleita ser candidata à “reeleição” e manipular todos os meios de comunicação e estruturas estatais em benefício próprio.

Após os golpistas terem sido derrotados no dia 20 de outubro de 2019 pelo Movimento Ao Socialismo (MAS), do presidente Evo Morales e do vice Álvaro García Linera, novas eleições gerais foram marcadas para o dia 3 de maio, com os dois no exílio. Como candidatos, nas próximas eleições, o MAS apresentou como presidente e vice o ex-ministro da Economia, Luis Arce, e o ex-ministro de Relações Internacionais, David Choquehuanca.

L.W.S.

Martin Guzmán, ministro da Economia do governo Alberto Fernandez, esclareceu que a Argentina não pretende promover nenhum aperto contra o povo para juntar dinheiro a fim de pagar a dívida com o FMI

“O ajuste fiscal [terminologia dos economistas para a aplicação do arrocho sobre o povo] que seria requerido para pagar os compromissos assumidos com o FMI para os próximos anos levaria à destruição total da economia argentina”, afirmou o ministro da Economia, Martín Guzmán em seu encontro com os deputados no dia 13, já com a missão do FMI em Buenos Aires.

O ministro destacou que “esta é uma crise na qual todas as partes têm responsabilidade. A Argentina a tem, assim como os titulares de títulos que decidiram apostar cobrando taxas altas. E o FMI tem responsabilidade, ao outorgar o maior empréstimo de sua história utilizado para financiar outras dívidas, em um marco de evidente insustentabilidade e para financiar a fuga de capitais”.

“Assim como é importante não esquecer, também é importante olhar para diante”, acrescentou Guzmán em sua exposição aos deputados argentinos, referindo-se aos danos que a relação com o fundo e especuladores produziu no país.

“DÍVIDA É ILEGAL”

A vice-presidente argentina, Cristina Kirchner, diante da recusa do Fundo Monetário Internacional (FMI) de aplicar uma redução “substancial” ao crédito de 57 bilhões de dólares acordado pelo governo anterior encabeçado por Mauricio Macri, assinalou que o órgão deveria rever sua posição.

Desde Washington, o porta-voz do FMI, Gerry Rice, rechaçou o pedido de uma diminuição formulada poucos dias atrás por Cristina Kirchner, que observou que esse crédito foi “ilegal”. Sem levar em consideração a situação real em que o empréstimo foi concedido, Rice respondeu: “A capacidade do FMI para reestruturar sua dívida, adiar os reembolsos e as recompras está limitada por nossos marcos legais e políticos”.

“Sem comentários. Os argentinos e as argentinas sabemos ler”, expressou a vice-presidente em sua conta de Twitter citando o artigo IV do Convenio Constitutivo do FMI que se refere às transferências de capital: “Nenhum país membro poderá utilizar os recursos gerais do Fundo para fazer frente a uma saída considerável ou contínua de capital”. E detalhou que, no caso em questão, só no ano de 2019, a fuga de capitais da “era Macri” chegou a 26,865 bilhões de dólares, a metade da totalidade da dívida com o organismo, e durante toda a gestão do ex-presidente foram retirados do país 88, 371 bilhões, cifra bem maior que todo o empréstimo concedido.

Desde Havana, Cuba, onde apresentou seu livro ‘Sinceramente’, Cristina questionou a decisão do Fundo de realizar o maior empréstimo de sua história à gestão de Macri e insistiu: “Eu me pergunto, quando dizem ‘não, não se pode fazer uma redução no crédito do FMI porque seu estatuto proíbe fazer diminuições’, como é que o estatuto do FMI proíbe fazer diminuições? Também proíbe

que se forneçam empréstimos para permitir expatriação do dinheiro. E por que vamos fazer valer uma proibição e a outra não?”.

“Pelo menos deveria estabelecer uma diminuição substancial porque se fez esse empréstimo violando as obrigações que tem o próprio FMI”, afirmou.

O presidente Alberto Fernández respaldou a postura de Cristina Kirchner. Em entrevista ao jornalista Oscar González Oro, na Rádio Rivadavia, afirmou que “A observação de Cristina é muito pertinente, porque muitas vezes eu disse que o Fundo descumpriu com o fato de que o estatuto proíbe emprestar dinheiro para cobrir corridas cambiais. O que Cristina diz é que se não cumpriram isso, que façam um desconto. É absolutamente pertinente”.

Cristina apontou ainda que o estatuto do FMI também assinala que esse organismo deve exigir do país a aplicação de “medidas de controle” de capitais. “Não só o Fundo não o fez, como Macri, quando na Presidência, não aplicou os controles que a oposição lhe exigia, mesmo até pouco antes de abandonar o poder após sua derrota eleitoral de 2019”.

Uma delegação do Fundo Monetário Internacional chegou a Buenos Aires na quarta-feira, 12, e permanecerá no país até dia 19 de fevereiro. Daniel Arroyo, ministro de Desenvolvimento Social, recebeu os representantes do FMI na sexta-feira, 14. Os delegados pediram a reunião para ouvir do governo a avaliação sobre a situação. O ministro a descreveu como “uma catástrofe social”, para a qual esse empréstimo, sem nenhum controle nem regra, contribuiu.

Arroyo lhes ofereceu um detalhado quadro da situação, assinalando a deterioração das condições de vida que atinge até centenas de milhares de pessoas passando fome, a situação crítica de algumas regiões, e a intervenção fundamental que o Estado deve assumir para minorar os problemas sociais, investir na produção, aumentar os salários e as aposentadorias, tudo com o objetivo de superar a recessão. “Parece-me que ficou claro que não há espaço para mais arrocho e ajustes”, sintetizou o ministro referindo-se às questões tratadas na reunião.

O ministro de Economia, Martín Guzmán, também se reuniu com a delegação do Fundo. “O encontro se desenvolveu em um clima construtivo e forma parte das consultas que os técnicos do organismo levam adiante no país para intercambiar opiniões com os funcionários argentinos sobre o programa de sustentabilidade da dívida”, disse o Ministério a través de um comunicado.

A delegação do FMI está encabeçada pela diretora adjunta do Departamento do Hemisfério Ocidental, Julie Kozack. Na próxima semana se reunirão com o presidente do Banco Central, Miguel Pesce, e com Mercedes Marcó del Pont, titular da Administração Federal de Ingressos Públicos, Afip, equivalente à nossa Receita Federal.

SUSANA LISCHINSKY

Itália julgará Matteo Salvini por 'abuso de poder e sequestro'

O senado italiano decidiu, na quarta-feira, abrir um processo contra o xenófobo Matteo Salvini, líder do partido Liga e ex-ministro do Interior, acusado por "abuso de poder e sequestro de pessoas".

Após fracassar na tentativa de uma eleição regional chave e com a imunidade parlamentar suspensa pelo Senado, o ultradireitista enfrenta agora a Justiça da Catânia (Sicília), que pede punição exemplar pelo bloqueio do barco que colocou em risco a vida de mais de uma centena de imigrantes em julho do ano passado.

De acordo com a própria imprensa italiana, as condições da embarcação eram extremamente precárias, com apenas um banheiro para as 116 pessoas a bordo, tendo sido registradas 29 pessoas com várias doenças, entre elas sarna.

"ORGULHO" DO CRIME

Em um discurso transtornado, Salvini insistiu em dizer que mantinha sua decisão irresponsável e que tinha "orgulho" de ter impedido que imigrantes desembarcassem na Itália por quase uma semana.

"Não sei quanto custará, em termos de pessoal e de dinheiro, provar que sou um criminoso, mas não tenho medo e explicarei que defendi meu país", declarou o ultradireitista. O crime é punível com pena de até 15 anos de prisão.

Para o ex-ministro do Interior, foi justo o fechamento dos portos e o bloqueio de seres humanos que arriscaram – e continuam arriscando – suas vidas na travessia do Mediterrâneo. "Quero olhar o juiz nos olhos e explicar que defender as fronteiras do meu país é para mim um direito, um dever, e não um crime", repetiu.

Conforme a Constituição italiana, o Parlamento poderia impedir que um ministro fosse processado por sua administração, se seus integrantes considerassem que ele agiu no âmbito de suas funções e no interesse do Estado. Mas, felizmente, o Senado tem outro entendimento e começou a contagem regressiva para que seja feita Justiça.

Depois de apenas um ano no governo, em junho de 2019, Salvini fortaleceu seus poderes ao obter a aprovação de uma lei que o autorizava a limitar e até a impedir o trânsito de embarcações em águas italianas. Passados dois meses, pouco antes de estourar a crise no governo, o ultradireitista bloqueou o navio humanitário "Open Arms" durante 19 dias, com os imigrantes a bordo, em frente à ilha siciliana de Lampedusa.

Descrita como "desesperadora" e "fora de controle", a situação fez multiplicar as manifestações em defesa dos direitos humanos e ampliou o desgaste de Salvini, que entrou em confronto até mesmo com os socorristas e a Guarda Costeira.

A expectativa é que no próximo dia 27 uma comissão do Senado também decida abrir um julgamento desse caso. É uma vez aprovada a nova autorização, o ex-ministro será julgado por um tribunal especial composto por três magistrados reconhecidos para ser colocado atrás das grades.

Escândalo CIA-Crypto expõe espionagem de Washington a 120 países entre 1951 e 2017

O escândalo CIA-Crypto – a empresa suíça de fachada que vendia criptografia e permitiu espionar 120 países – desmoralizou de vez as acusações de Washington contra a Huawei, de que qualquer país que adotasse seus equipamentos de redes de alta velocidade 5G automaticamente ficaria sujeito à "espionagem chinesa".

A "Operação Theasaurus" teve início em 1951 e foi rebatizada nos anos 1980 de "Rubicon". Desde a criação até os anos 1990, o serviço secreto alemão ocidental (BND) foi sócio menor da CIA no esquema, só desativado em 2017.

Conforme investigação levada a cabo pelo Washington Post e as redes de tevê ZDF (Alemanha) e SRF (Suíça), por mais de cinco décadas a CIA e o serviço secreto da então Alemanha Ocidental controlavam secretamente uma empresa suíça, a Crypto AG, que fabricava e vendia dispositivos de criptografia e linhas de comunicação seguras, e tinham acesso às informações.

"Golpe de inteligência do século", chamou pomposamente o Post, que também descreveu a tramóia como um dos "segredos mais bem guardados da Guerra Fria". Boris Hagelin, um emigrado russo inventor de uma máquina de criptografia, que fugira da Suécia em 1940 após a invasão nazista, fechou o acordo com a CIA em um clube de elite de Washington, o Cosmos, na presença de William Friedman, o pai da criptologia norte-ame-

ricana, dando origem à Crypto AG, que operava desde a Suíça.

Antes mesmo do CIA-Crypto, a acusação contra a Huawei já era insuperável em matéria de cinismo, já que, desde as revelações de Edward Snowden, o mundo inteiro sabe que quem grampeia e grava tudo, de todos, são os EUA, e seus braços da espionagem na vigilância eletrônica, o mais importante deles, a NSA – e, claro, a CIA.

A hipocrisia era ameaçar que a gigante chinesa Huawei poderia, quem sabe, vir a fazer com os usuários de seus equipamentos, aquilo que notoriamente as gigantes norte-americanas, como a AT&T e a Verizon, faziam, com suas "salas de grampo" da NSA dentro das suas instalações ou portas dos fundos nos cabos submarinos da internet.

A fúria de Washington contra a Huawei – que incluiu o sequestro da filha do fundador da empresa chinesa e diretora -, era, ainda, a outra face do atraso dos monopólios norte-americanos no 5G – as redes de alta velocidade que servirão de base para a 'internet das coisas' e outros avanços.

Atrás que se mostrou na recente reflexão entre as autoridades norte-americanas sobre a compra das gigantes europeias Ericsson ou Nokia, que mantiveram o passo no 5G, embora os equipamentos da Huawei custem em torno de 25% a menos.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Tribunal veta medida de Trump que corta Medicaid aos sem-trabalho



Manifestantes denunciam: "cortes no Medicaid matam" e exigem saúde "para todos"

Medo da concorrência: Pentágono diz que chinesa Huawei ameaça até a Otan

O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Mark Esper, acusou – sem provas – que a empresa chinesa Huawei é uma ameaça à Otan e pediu aos europeus que não permitam que a empresa participe de suas novas redes 5G, área em que os EUA estão atrasados frente à China, que alcançou tecnologia mais avançada e com melhores preços. O chefe do Pentágono proferiu os insultos durante a Conferência de Segurança de Munique no sábado (15).

O secretário de Estado, Mike Pompeo, prosseguiu também com acusações à Huawei, chamando-a de "Cavalo de Troia" dos chineses, cuja participação nas redes 5G ocidentais levaria à transferência para o "Partido Comunista Chinês e aos serviços secretos chineses" os dados de todos os usuários. Qualquer semelhança com a espionagem feita pelos EUA não será mera coincidência mas pura projeção daquilo que Washington faz. O escândalo recentemente revelado da CIA-Crypto – a empresa suíça de fachada que vendia criptografia e permitiu espionar 120 países, e que

esteve em operação de 1951 até 2017, ajuda a desmoralizar as acusações de Pompeo e Esper.

PELOSI APOIA TRUMP

Com duas ou três frases, um diplomata chinês acabou com a peroração da presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, sobre a "ameaça do 5G da Huawei", e ainda ganhou aplausos do público durante a Conferência de Segurança de Munique – "roubou o show", no relato do portal RT.

Em seu discurso, madame Pelosi havia dito que optar pelas redes 5G da Huawei – aliás, melhores e mais baratas do que a concorrência – equivalia a "escolher a autocracia sobre a democracia na via da informação" e a "colocar a polícia do estado no bolso de todos os consumidores nesses países".

Um diplomata chinês, Fu Ying, demoliu a argumentação de Pelosi, ao lembrar que as tecnologias digitais são apenas "uma ferramenta" e destacou que a China tem usado "todos" os tipos de tecnologias ocidentais – incluindo as da Microsoft,

IBM e Amazon.

Mas "mantém seu sistema político, o sistema liderado pelo Partido Comunista; e não é ameaçado pelas tecnologias."

"Como é que, se as tecnologias da Huawei, de 5G, são introduzidas nos países ocidentais, elas ameaçam o sistema político?", continuou Fu.

"Você realmente acha que o sistema democrático [ocidental] é tão frágil que poderia ser ameaçado por essa única empresa de alta tecnologia, a Huawei?"

Declaração recebida com aplausos pelo público presente, enquanto Pelosi ficava estupefata.

Quando faz o maior alarde na cruzada contra a Huawei, Pelosi fingue que não sabe que são os EUA que grampeiam e vigiam em massa o mundo inteiro, como provou Edward Snowden, espionagem da NSA na qual estavam envolvidas empresas de telecomunicação dos EUA como a AT&T e a Verizon.

Para tornar mais cínico o discurso de Pelosi, há dois anos ela ajudou a renovar os poderes de espionagem da NSA no Congresso dos EUA.

Senado aprova restrição a Trump para atacar o Irã

O Senado dos EUA aprovou na quinta-feira (13) por 55 a 45 uma resolução limitando a autoridade do presidente Donald Trump de atacar militarmente o Irã sem aprovação do Congresso, proposta pelo senador democrata Tim Kaine e apoiada, além da bancada democrata, por oito republicanos.

A iniciativa acumula no sentido de restaurar o poder constitucional do Congresso de decidir sobre declaração de guerra, praticamente revogado desde a Guerra ao Terror. "O país não deve estar em guerra sem a votação do Congresso", disse Kaine.

A votação ocorreu quase seis semanas depois que Trump ordenou o assassinato, em uma emboscada com drone, do principal líder militar iraniano, o general Qassem Suleimani, durante visita ao Iraque.

"A guerra é a responsabilidade mais solene que temos, e não pode ser terceirizada para ninguém", disse Kaine antes da votação final. "Temos uma obrigação especial de garantir que deliberemos – e deliberemos cuidadosamente – antes de enviarmos as tropas para o perigo".

A resolução exige que o presidente cesse todas as hostilidades contra o Irã dentro de 30 dias, "a menos que seja explicitamente autorizado por uma declaração de guerra ou autorização específica para o uso de força militar contra o Irã". Espera-

se que seja aprovada ainda este mês na Câmara, mas Trump poderá vetá-la.

Na véspera da votação, o presidente bilionário pediu aos senadores republicanos que votassem contra – como registrou o portal Político – "parecendo transformar o voto em um teste de lealdade".

O presidente bilionário tuitou que "estamos indo muito bem com o Irã e não é hora de mostrar fraqueza". Ele acrescentou que "se minhas mãos estivessem atadas, o Irã teria um dia de festa. Envia um sinal muito ruim". Segundo ele, a resolução é apenas "uma tentativa de embarçar o Partido Republicano".

Se o projeto de Kaine for aprovado na Câmara como é de esperar, será a segunda vez que uma resolução dos poderes de guerra chegará à mesa de Trump – após a aprovação da Câmara e do Senado no ano passado de um projeto semelhante para sustar o apoio dos EUA à guerra saudita no Iêmen. Trump vetou essa medida.

A tropa de choque de Trump veio em socorro dele, com o chefe do Comitê de Serviços Armados do Senado, James Inhofe, acusando os democratas de estarem "fingindo que o presidente está correndo para a guerra". "Não há guerra com o Irã. Um ataque aéreo não é guerra",

acrescentou Inhofe, como se matar um líder estrangeiro em visita a outro país fosse a coisa mais normal e inofensiva do mundo.

Na semana passada, o Senado havia barrado manobra republicana de última hora para deixar Trump livre para desencadear outras agressões desvairadas. A emenda do senador republicano Tom Cotton criaria uma isenção automática para forças militares consideradas envolvidas em operações visando "grupos terroristas estrangeiros designados".

Como advertiu Kaine, a proposta de Cotton "estabeleceria um precedente muito perigoso" ao permitir que um presidente iniciasse operações militares contra quaisquer organizações estrangeiras designadas por ele próprio como grupos terroristas. Cotton chamou Kaine de "um advogado de terroristas iranianos". Resolução no mesmo sentido dessa do senador Kaine havia sido aprovada na Câmara de deputados menos de uma semana após o assassinato de Suleimani, por 224 a 194.

Para a diretora da entidade Win Without War [Vencer Sem Guerra], Erica Fein, a votação no Senado envia uma mensagem inequívoca à Casa Branca: "Não permitiremos que Donald Trump arraste os Estados Unidos para outra guerra sem fim contra a vontade do povo."

O tribunal considera a exigência "arbitrária" e as entidades de combate à pobreza nos EUA repudiam o objetivo do governo de reduzir o número de beneficiários do Medicaid

Um tribunal federal de apelações de Washington barrou por unanimidade na sexta-feira (14) a pretensão do governo Trump de introduzir no Medicaid, programa de assistência médica para os mais pobres e deficientes nos EUA que existe há cinco décadas, o condicionante de que os inscritos teriam de comprovar terem trabalhado pelo menos 20 horas por semana, ou seriam sumariamente cortados do que é atualmente a única assistência médica de que dispõem.

O tribunal considerou a exigência como "arbitrária e caprichosa". Cujo objetivo óbvio, denunciam as entidades de combate à pobreza no país mais rico do planeta, é forçar o encolhimento do número de beneficiários do Medicaid. Programa que atende gente que recebe até 133% da linha de pobreza dos EUA, grávidas e pessoas deficientes, sistema criado por Lyndon Johnson em 1965 como parte da "Guerra à Pobreza", no auge das revoltas nos guetos negros.

O revés judicial ocorreu em relação a contestação feita em Arkansas, estado que adotara a iníqua regra. Apesar de ser um programa federal, o Medicaid é operado pelos estados. A cláusula é, ainda, uma tentativa de fazer recuar a ampliação expressiva do número de pessoas cobertas pelo Medicaid com o Obamacare, que Trump detesta mas vem tendo que conviver.

Entidades em defesa do direito à Saúde apelidaram a imposição de "Work-or-Die" ("Trabalhe-ou-Morra"). O governo que quer cortar no osso o gasto com a saúde dos mais pobres é o mesmo que bafejou magnatas e monopólios com a maior redução de impostos da história dos EUA, empurrando o déficit público para a marca do US\$ 1 trilhão.

A decisão unânime do painel de três juízes foi de que o governo Trump não tem autoridade para exigir de alguns dos inscritos no Medicaid que trabalhem para que recebam assistência médica, confirmando a sentença de tribunal inferior.

A corte federal rejeitou a cínica alegação do governo Trump de que os "requisitos de trabalho" eram legais sob o Medicaid por supostamente promoverem "melhor saúde" e "independência do governo".

Para os três juízes, tais objetivos não estão no estatuto do Medicaid, criado precipuamente para fornecer assistência médica às camadas mais pobres da população norte-americana.

A outra alegação dos juristas a serviço do Departamento de Saúde, era igualmente cretina: a exigência ajudaria os estados a pagar melhor a cobertura das pessoas "que mais precisavam".

Como destacou o juiz David Sentelle – nomeado por Reagan – a lei do Medicaid "inclui um único propósito primordial, que é prestar

cobertura de saúde sem qualquer restrição orientada para resultados de saúde, independência financeira ou transição para a cobertura comercial".

Decisão que deixa claro que o governo "não pode estabelecer novos objetivos para o programa e que o texto da lei é claro que o objetivo central do Medicaid é fornecer cobertura", destacou Joan Alker, diretora executiva do Centro para Crianças e Famílias da Universidade de Georgetown.

"Isso sugere que outras políticas de renúncia prejudiciais que têm o efeito de limitar a cobertura (como bloqueios, limitação de elegibilidade retroativa, descontos etc.) podem sofrer um destino semelhante", acrescentou. O tribunal também criticou o governo Trump por não levar em conta quantos moradores de Arkansas perderam ou podem vir a perder o direito a essa forma mínima de assistência à saúde, como resultado de requisitos que jamais existiram anteriormente. A cobertura de saúde perdida "é uma questão de importância" sob a lei Medicaid, escreveu Sentelle.

Um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Harvard no ano passado mostrou que, quando as exigências abusivas estavam em vigor temporariamente no Arkansas antes que uma decisão da corte as sustentasse, quase 20 mil moradores perderam sua cobertura de saúde – enquanto a taxa de emprego caía 4%.

"Os requisitos de trabalho do Medicaid não fazem com que ninguém consiga trabalho; eles apenas perdem seu seguro", denunciou na época o professor de ciências políticas Scott Lemieux.

Dez estados chegaram a adotar a cláusula de restrição ao Medicaid, enquanto outros nove estudaram aplicar regras semelhantes. Diante da resistência da população, alguns estados já desistiram e, depois da sentença, só continua em vigor no Michigan. Analistas acreditam que o próximo passo do regime Trump, para avançar no desmonte do Medicaid, será levar a questão à Suprema Corte dos EUA. A diretora dos Centros Medicare e Medicaid, Seema Verma, no mês passado cobrou dos governos estaduais que cortem os gastos com o programa.

"Agora, as mais de duzentos mil pessoas de Arkansas no Medicaid podem ficar mais tranquilas sabendo que terão assistência médica quando precisarem", afirmou ao The Hill, Kevin De Liban, advogado da entidade Legal Aid, que desafiou as nefastas exigências. O tribunal federal "reconheceu o trágico dano" cometido contra as pessoas mais pobres de Arkansas, saudou. Cerca de 60 milhões de norte-americanos – a metade, crianças -, estão inscritos no Medicaid.

Colômbia: morte de dois líderes eleva a 44 execuções por milícias este ano

Os corpos de Luis Alberto Parra Lozada e de seu filho, Jader Alberto Parra, foram encontrados, na última quinta-feira, no município de Puerto Guzmán, em Putumayo, elevando para 44 o número de lideranças sociais assassinadas somente neste ano na Colômbia.

"Apareceram sem vida os dirigentes da Junta de Ação Comunitária (JAS) de Villa Fátima, em Puerto Guzmán, Putumayo, que estavam desaparecidos desde segunda-feira e o governo não fez nada", denunciou o advogado Alirio Uribe Muñoz, reconhecido defensor dos direitos humanos na Colômbia. A situação é preocupante, alertou, já que um de cada três ativistas sociais executados no planeta em 2019 foi morto no país.

Ambos líderes foram re-

tirados de sua residência de maneira forçada por um grupo de homens armados, que deixaram a esposa e a mãe dos dirigentes amarrados. Conforme informações oficiais, os corpos estavam jogados em um local bastante distante, razão pela qual não teriam sido encontrados até então.

A grande maioria dos homicídios na Colômbia, quase todos perpetrados por bandos paramilitares e grupos a mando de narcotraficantes, aconteceu em zonas rurais onde a taxa de pobreza supera a média. Para agravar ainda mais a situação, na região de Putumayo, conforme a Rede de Direitos Humanos, atua desde setembro um novo ator armado ilegal autodenominado Máfia Sinaloa...

Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br

Mais fortes são os poderes do povo

“O grande mérito de Bacurau é construir uma fábula que nos lembra que o povo, diante das vicissitudes, das adversidades, procura sobreviver”

VALÉRIO BEMFICA*

Fui assistir a Bacurau há poucos dias, quase encerrada sua temporada nos cinemas. O filme é muito bom, apesar de alguns senões. A sinopse oficial do filme diz: “Num futuro recente, Bacurau, um povoado do sertão de Pernambuco, some misteriosamente do mapa. Quando uma série de assassinatos inexplicáveis começam a acontecer, os moradores da cidade tentam reagir. Mas como se defender de um inimigo desconhecido e implacável?” Nenhuma sinopse pode – nem deve – revelar tudo sobre o filme. E Bacurau traz muito mais.

O filme de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles é uma alegoria do Brasil, não em seu presente imediato, mas o que ele pode se tornar logo mais. Foi concluído antes das últimas eleições (o projeto iniciou em 2009) e leva ao paroxismo determinadas situações que vivenciamos hoje. Aponta consequências possíveis e extremas de situações que vêm se naturalizando.

Em Bacurau todos têm celular, adultos, crianças, velhos. Até o meio do filme, o sinal é excelente mesmo no meio do sertão. O verdadeiro paraíso para aqueles que acreditam em revolução por meio do smartphone. Mas não tem água, dependendo de um carro-pipa. Não tem remédios em seu posto de saúde, onde atende a médica Domingas (Sonia Braga), alcoólatra. A escola está caindo aos pedaços, mas tem uma lousa eletrônica e o professor ensina seus alunos com um tablet. Não tem polícia, mas um “posto avançado” da comunidade avisa – pelo celular – quando alguém se aproxima. Todos assistem, sem surpresa, um vídeo que circula na internet com as façanhas do matador/assaltante Pacote. E ele vive tranquilamente na comunidade, apenas ressaltando que nem todos os crimes são obra dele, e pedindo para ser tratado pelo nome de batismo, Acácio.

Com a proximidade das eleições, o poder público assistencialista faz uma entrega de alimentos (com o prazo de validade vencido), de remédios (supositórios estupefacientes, tarja preta) e livros (despejados da caçamba de um caminhão, como se fosse uma carga de areia). E caixões! A resposta dos habitantes (avisados pelo celular da chegada do prefeito) é recolherem-se a suas casas. Tony Jr., o político engomado, discursa para ruas vazias. E ouve impropérios anônimos, vindos de casas fechadas. O prefeito que faz a entrega e pede votos antecipados em uma urna eletrônica portátil, é também o que negociou o povoado com um grupo de estrangeiros para que ali realizassem um safári humano. Ou seja, Bacurau é, aparentemente, passiva. Aceita, estoicamente, as mazelas de seu abandono. Vira as costas à política e troca memes pelo celular.

Mas é um filme que demanda atenção aos detalhes. A cidade tem um museu, do qual se orgulha. Os habitantes insistem para que os inimigos, que chegam disfarçados, visitem. A noite jogam capoeira. A trilha sonora não é o funk nem o arrocha. Na falta de medicamentos, um raizeiro cuida dos moradores. A escola orgulha-se de ter a maior e melhor biblioteca da região.

O início dos ataques a Ba-

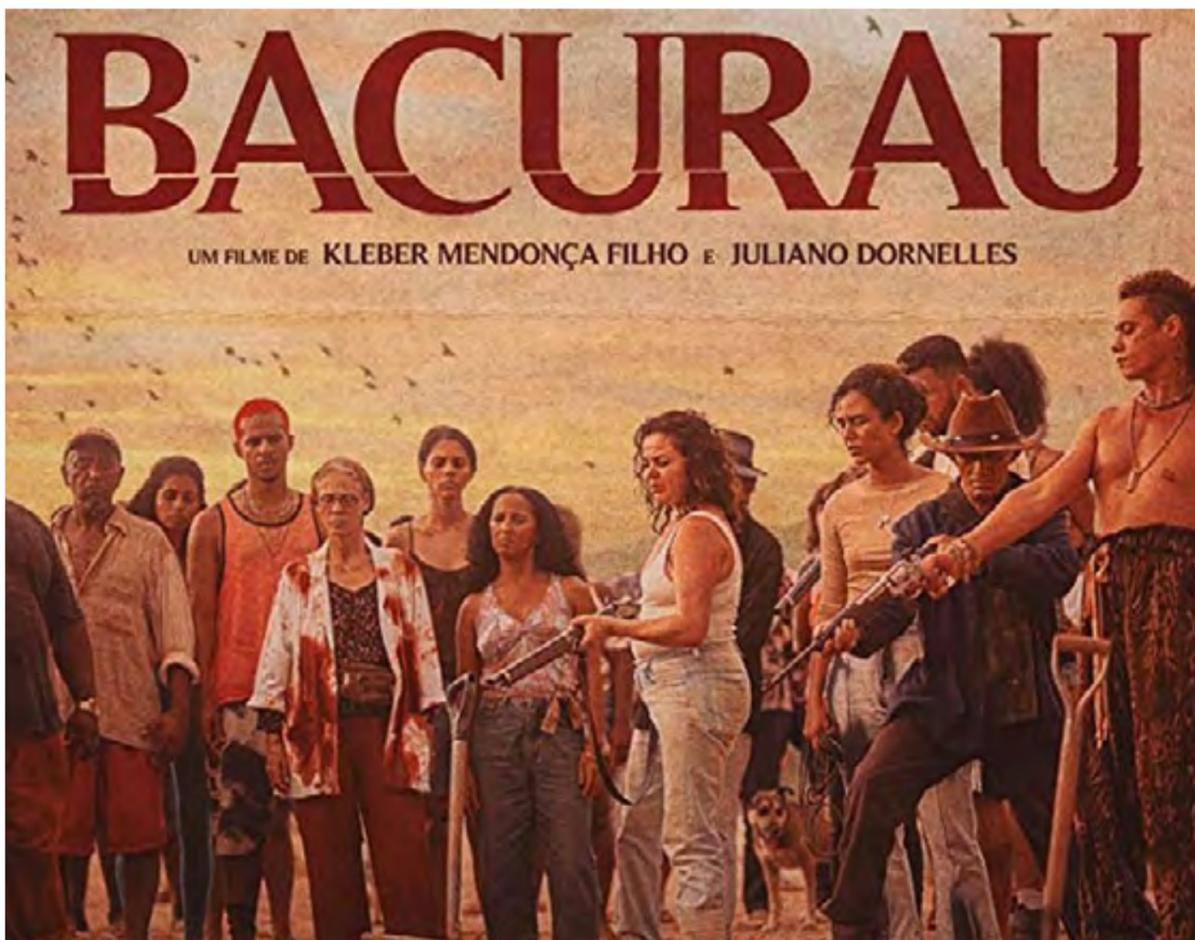


curau coincide com a morte de sua matriarca, Dona Carmelita, interpretada por Lia de Itamaracá. E a belíssima cena do cortejo fúnebre daquela que era o seu esteio, já indica que a vila tem uma complexidade maior do que revelam as aparências. É logo após o enterro que o professor Plínio (Wilson Rabelo) não consegue mais mostrar a seus alunos onde está Bacurau no mapa da Internet. Imediatamente puxa um antigo mapa em papel e diz “aqui nós sempre estaremos”.

A primeira medida dos inimigos é cortar o sinal dos celulares. A seguir, são descobertos os primeiros assassinatos. “Estamos sendo atacados”, conclui Pacote/Acácio. Sem comunicação com o mundo exterior, cercados, apelam para Lunga (Silvero Pereira), misto de cangaceiro e guerrilheiro de visual andrógino. Ele aceita organizar a resistência. Mas será o conjunto da população que a levará a cabo. Os primeiros inimigos são abatidos com tiros de duas velhas garruchas, justamente pelo raizeiro e sua esposa (Carlos Francisco e Ingrid Trigueliro), que vivem nus, longe da cidade. Diante de uma das invasoras, moribunda, Damiano pergunta: “Quer viver ou quer morrer?”. E, ouvindo a súplica da americana, pronunciada por meio de um ultra moderno tradutor instantâneo, presta-lhe atendimento.

Quando da tentativa final de invasão, é de toda a população que vêm os tiros. Estão atocaiados, significativamente, no museu e na escola. Passado e futuro. Cultura e educação, memória e conhecimento engendrando a resistência. Ação coletiva e organizada do povo. Cabe a Lunga degolar os invasores, enfileirando as cabeças em uma cena que emula as fotos da captura do bando de Lampião, expostas nas paredes do Museu de Bacurau. A população fotografa a cena.

O primeiro senão possível é que os invasores são bastante estereotipados. Nenhum revela o porquê de estar ali, com exceção de um, que confessa estar naquela aventura por não conseguir “livrar-se de uma dor profunda” (um pé na bunda que levou), cometendo uma chacina em seu país, e então optou por matar brasileiros. São maus por serem maus. Ainda que o chefe revele uma estranha ética (“não atiro em mulheres”) e outro classifique de nazismo a morte de uma criança (se fosse um adolescente, tudo bem). Mas talvez esta seja a intenção dos diretores: o foco está na capacidade de resistência do povo, não nas motivações de seus opressores. O segundo senão está na figura de dois brasileiros do sul, que se consideram tão brancos quanto os gringos, e por isso juntam-se a eles. Acabam mortos por seus parceiros, pois não são tão brancos assim. Não é preciso argumentar o exagero da caricatura. Finalmente, a figura de Lunga. Menos do que a desnecessária androginia da



Bacurau se aproxima da cifra de 1 milhão de espectadores

Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Não por outro motivo, a obra mereceu o Prêmio do Júri no Festival de Cannes.

Mas outros filmes brasileiros primorosos não chegaram a mobilizar tanto público – Bacurau está caminhando para a marca nada desprezível de um milhão de espectadores. Há algo na história que sintonizou bastante bem com o público. Gostaria de comentar duas opiniões opostas, mas que cometem o mesmo erro.

Entre os que odiaram o filme, um coxinha-sênior, ex-trotskista e hoje comodamente instalado nas hostes da “nova” direita, Demétrio Magnoli. Sua leitura rasa, preconceituosa e esquemática do filme o faz concluir que Bacurau é “testemunho (...) da extinção de qualquer traço de vida inteligente na esquerda brasileira”. Incapaz de enxergar mais longe do que seus dogmas liberais, de fugir de seus preconceitos, viu no filme “uma cartilha do PCdoB”.

Entre os que o amaram, a ciber-esquerdista Ivana Bentes. Perguntando-se quem são os heróis de Bacurau, enxerga: “O Brasil que emergiu no ciclo democrático dos últimos 13 anos, as minorias que se tornaram sujeitos do discurso, os ex-quecidos do Brasil rural, ribeirinho, periférico, as figuras fronteiriças, como a extraordinária cangaceira trans, encarnada por Silvero Pereira.”

Ambos cometem o mesmo erro: não conseguem entender o caráter alegórico do filme – que lembra Glauber – projetando nele os símbolos de seus medos e desejos. Demétrio, os comunistas e o marxismo que ele jurou ter visto morrer, mas que seguem vivos. Ivana, um país visto pelas lentes de Pangloss, onde todos eram felizes e acessavam, empoderados, a Internet.

O grande mérito do filme é construir uma fábula que nos lembra que o povo, diante das vicissitudes, das adversidades, procura sobreviver, mesmo diante de um poder público ineficiente e mal intencionado. Resiste amparado na solidariedade e na criatividade. Quando, porém, a opressão e a miséria passam de certos limites sua força torna-se avassaladora.

* Presidente do CPC -UMES



O filme de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles é uma alegoria do Brasil, não em seu presente imediato, mas o que ele pode se tornar logo mais

personagem, a confusão da figura de guerrilheiro-bandido-cangaceiro causa maior incômodo. Figuras como Lampião e Conselheiro figuram no imaginário popular como signos de justiça e luta. Mas não são revolucionários. Canalizam o sentimento de revolta, mas são incapazes de levar adiante uma luta real, que atinja as raízes da opressão e da desigualdade. Talvez por isso caiba-lhe o papel da vingança, como degolador. Mas nenhuma destas questões é capaz de tirar o mérito do filme.

O filme termina – spoiler! – com um final digno para o prefeito e para o nazista

chefe dos vilões. Tony Jr. é despido, amarrado, vendado e montado de costas num jegue e levado para a caatinga, para que mandacarus, cactos, xique-xiques e palmas cuidem de seu lombo. Michael (Udo Kier) é conduzido para um buraco-masmorra, que será trancado e coberto de terra. Não antes sem desdenhar: “vocês não imaginam quanta gente nós já matamos”. E, antes que se feche a masmorra, ameaçar: “isso é só o começo”.

Antes de assistir a Bacurau já havia lido – e ouvido – muita coisa sobre o filme. É claro que não levei em conta as babujadas das mi-

lícias virtuais sobre o filme ser um acabado exemplo de marxismo cultural. Quem consegue achar que o governo do capitão está fazendo coisas louváveis na área da Educação e da Cultura (em qualquer área, aliás) não tem as mínimas condições de avaliar um filme. Mais me interessaram os vários elogios da crítica especializada, que citavam as múltiplas referências do diretor, de Tarantino a Glauber Rocha, de John Carpenter a José Mujica, os aspectos técnicos do filme, o bom desempenho dos atores. Tudo isso, é claro, é muito importante. Revela a habilidade dos diretores Kleber